

**AS MUDANÇAS NO PANORAMA REGULATÓRIO BOLIVIANO E
SUAS CONSEQÜÊNCIAS PARA O MERCADO DE GÁS NATURAL
NO BRASIL**

Bernardo Pestana Mello Carvalho Duarte

Thiago Carvalho Saraiva

**PROJETO FINAL SUBMETIDO AO CORPO DOCENTE DO CURSO DE
ENGENHARIA DO PETRÓLEO DA ESCOLA POLITÉCNICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE
INTEGRANTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE ENGENHEIRO DO PETRÓLEO.**

Aprovado por:

Prof. Rosemarie Broker Bone, D.Sc.
(Orientador)

Prof. Régis Motta, D.Sc.

Prof. Eduardo Pontual Ribeiro, D.Sc.

**RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL
JANEIRO, 2009**

Dedicatória

Este trabalho é dedicado as nossas avós, Célia e Delma, que nos acompanharam em nossa trajetória e mesmo ausentes, continuam guiando os nossos caminhos e nos passaram a importância dos estudos e da nossa formação.

Aos nossos pais, Grasiela, Frederico, Elaine e Paulo, que nos deram os alicerces necessários e passaram os valores certos para concluir essa longa caminhada.

E a Thatiana, a irmã que nós dois amamos.

Agradecimentos

Aos nossos pais que nos ajudaram de maneira incondicional, nos dando apoio nos momentos difíceis e comemorando juntos cada conquista obtida ao longo de toda a vida e a certeza que estarão sempre conosco.

A nossa irmãzinha Thatiana por participar intensamente de toda essa luta e sugerir este tema como projeto de fim de curso.

Aos nossos familiares que nos deram suporte nessa trajetória vitoriosa.

A nossa orientadora, Professora Rosemarie Broker Bone, que nos incentivou, instruiu e participou durante a elaboração desse trabalho e de todos os outros artigos que foram desenvolvidos.

As nossas namoradas pelo companheirismo e paciência nos bons e maus momentos.

Aos nossos amigos que estiveram durante esses cinco anos dividindo conosco essa árdua tarefa. Sem a participação deles, da amizade e dos momentos de estudo e diversão, não teríamos alcançado nossa meta.

Aos professores por nos transmitir seus conhecimentos e experiências.

A Tia Lili, do trailler árabe, pela sua amizade, carinho e deliciosas refeições.

Sumário

Lista de Figuras	vix
Lista de Tabelas	vix
Resumo	ix
Abstract	xxi
1. Introdução	1
2. Histórico Político e Social da Bolívia	2
2.1. Revolução de 1952	3
2.2. Ditaduras Militares	6
2.3. Política de Redemocratização.....	7
2.4. Guerra do Gás	12
2.5. Eleições de 2005	14
3. Perfil de Evo Morales	18
4. Contexto Político Boliviano Atual.....	19
4.1. Desafios iniciais do Governo Morales.....	19
4.2. Crise Constitucional de 2008.....	22
5. A Indústria de Petróleo e Gás Natural na Bolívia	24
5.1. Primeira Nacionalização.....	24
5.2. Segunda Nacionalização.....	26
5.3. Reforma Regulatória.....	30
5.4. Terceira Nacionalização	34
6. Política de Nacionalização	36

6.1.	Decreto Supremo 28701	37
6.2.	Consequências Iniciais após a Nacionalização de 2006.....	38
	7. Consequências ao Brasil.....	41
7.1.	Acordos Comerciais entre Brasil e Bolívia no Setor de Gás Natural.....	41
7.2.	Gasoduto Brasil – Bolívia (Gasbol).....	42
7.3.	Privatização das Refinarias Bolivianas.....	46
7.4.	Acordo entre Petrobras e YPFB	46
7.5.	Contrato de Venda das refinarias.....	50
7.6.	Contratos de Atualização de Preços.....	50
7.7.	Novo Modelo para a Indústria de Gás Natural do Brasil	53
	7.7.1. Importação de Gás Natural	54
	7.7.2. Importação de Gás Natural Liquefeito	56
	7.7.3. Investimentos em Infra-Estrutura no Brasil	59
	7.7.4. Produção de Gás Natural	61
	7.7.5. Demanda de Gás Natural	64
7.8.	Planos de Contingência	65
	8. Consequências à Bolívia.....	67
8.1.	Quanto às Reservas.....	68
8.2.	Quanto à Produção	71
8.3.	Quanto aos Investimentos.....	72
	9. Situação Atual e Perspectivas.....	75
	10. Conclusão	78
	11. Referências Bibliográficas	79

Lista de Figuras

Figura 1. Localização Geográfica das Reservas (P1+P2) e Produção(Fonte: YPFB)....	17
Figura 2. Resultado da Eleição Boliviana de 2005 (CERA, 2006)	19
Figura 3. Resultado da Eleição do Legislativo Boliviano.....	20
Figura 4. Resultado da Eleição do Legislativo Boliviano.....	20
Figura 5. Porcentual de candidatos eleitos por partido.....	21
Figura 6. Evo Morales posa oficialmente como presidente boliviano em janeiro de 2006.....	23
Figura 7. Produção de Gás Natural da Bolívia por departamentos (Fonte: O Globo)....	27
Figura 8. O setor de gás natural boliviano antes da Reforma Regulatória.. ..	33
Figura 9. Estrutura do Setor de Gás Natural durante a Reforma.....	37
Figura 10. Investimentos no Setor de hidrocarbonetos.	38
Figura 11. Produção e Transporte de Gás Natural na Bolívia (Fonte: CERA).....	39
Figura 12. Mapa Esquemático da trajetória do Gasoduto Brasil – Bolivia	48
Figura 13. Participação da Petrobras na Indústria de GN boliviana (Fonte: CERA) . . .	51
Figura 14. Evolução do Preço do Gás Natural pago pelo Brasil à Bolívia	57
Figura 15. Evolução da Importação de Gás Natural por Gasodutos	Erro!
Indicador não definido.	
Figura 16. Maiores fluxos de GNL	61
Figura 17. Consumo de GN conforme Plano Estratégico da Petrobras (2007), modificado. Fonte: Petrobras (2007).	62

Figura 18. Projetos de Terminais de Regaseificação de GNL no Cone Sul.....	64
Figura 19. Principais pólos produtores de gás natural (Fonte: ANP 2007).....	67
Figura 20. Projeção da Oferta Nacional Gás Natural (Fonte: ANP 2007).	68
Figura 21. Projeção da Oferta e Demanda de Gás Natural no Centro-Sul (Fonte: ANP 2007).....	68
Figura 22. Projeção da Oferta e Demanda de Gás Natural na Região Nordeste (Fonte: ANP 2007)	69
Figura 23. Investimentos em transporte na Bolívia (1997-2006). Fonte: CERA.....	72
Figura 24. Poços de Exploração e Produção perfurados na Bolívia entre 1998-2008. Fonte: CERA.	73
Figura 25. Evolução das Reservas Provadas de Gás Natural na Bolívia (1991-2007)...	74
Figura 26. Produção Total e Efetiva de Gás Natural na Bolívia.....	75
Figura 27. Previsão Otimista e Pessimista da Produção Total da Bolívia até 2015 (Fonte: CERA).....	81

Lista de Tabelas

Tabela 1. Ditaduras Militares na Bolívia (1964-1982).....	11
Tabela 2. Mudanças regulatórias na indústria do petróleo boliviano Fonte: elaborado com base em Miranda (1999); Cepik e Carra (2006).	26
Tabela 3. Histórico de Acordos entre Brasil e Bolívia no setor de petróleo e derivados.	46
Tabela 4. Estrutura Acionária das companhias operadoras do transporte.....	49
Tabela 5. Contrato Novo e Antigo da Bolívia com a Petrobras Fonte: Elaboração dos autores a partir de AZEVEDO, 2006.....	54
Tabela 6. Participação do Gás boliviano no consumo de gás nos estados brasileiros.....	55
Tabela 7. Preço do Gás Natural em MM BTU. Fontes: Gás Energy e LNG Journal (valores em 16 de abril de 2007).....	63
Tabela 8. Distância das bases de recebimento de GNL em Relação à Nigéria. Fonte: Petrobras.....	63
Tabela 9. Custos das Bases. Fonte: Seminário Abraget, 2007.....	65
Tabela 10. Previsão do Mercado de Gás Natural para a Bolívia (Fonte: CERA).....	80

Resumo

Este trabalho tem como objetivo esclarecer e entender os motivos da atual conjuntura comercial e política entre a Bolívia e o Brasil, este último representado pela Petrobras, a partir do ano de 2006. Acima de tudo, visa compreender a mudança regulatória boliviana que culminou com um período de re-nacionalização de suas riquezas naturais em contraponto aos interesses internacionais, inclusive brasileiros, e acordos já firmados durante o período de abertura de mercado no país. Desta forma, ambientado no panorama latino-americano atual, elabora-se a compreensão do processo e suas conseqüências para o Brasil, que, mesmo com a terceira maior reserva de gás na região, em curto prazo, segue como um país importador desse recurso.

Para termos uma base concreta e analisar com fundamentos o que acontece atualmente, devemos compreender a história política da Bolívia e suas mudanças internas. Por isso dividimos o trabalho em duas partes: na primeira, analisaremos todo o processo político-social boliviano e sua direta ligação com a exploração de petróleo e gás natural, passando pelos períodos socialista, militar e neoliberal, focando nos acordos assinados com o Brasil no setor de hidrocarbonetos, para benefícios mútuos, até o surgimento político de Evo Morales e o processo de nacionalização das riquezas nacionais e a conseqüente crise que se instaurou com as empresas internacionais de petróleo, principalmente com a Petrobras, até o desfecho final sobre a produção e exportação de gás e o preço.

Em um segundo momento o estudo compreende as conseqüências políticas e econômicas que essa nacionalização dos hidrocarbonetos impactou sobre o Brasil e a própria Bolívia, além de um estudo mais profundo sobre as saídas encontradas pelos países envolvidos para evitar crises de abastecimento energético, no caso brasileiro, e de abastecimento econômico, no caso boliviano, uma vez que o Brasil é o principal financiador do Estado vizinho.

Pode-se entender a linha de ação de Evo Morales como a união de um discurso baseado nas suas origens, com uma estratégia de curto prazo para aumentar a parcela de recursos apropriados pela Bolívia dos investimentos estrangeiros realizados, com apoio popular de “resgate de nossas riquezas”. Esta política, apesar de ser positiva do ponto de

vista político, tem levado à redução, no médio e longo prazo, desses investimentos na Bolívia, como será visto no atual trabalho.

A atual extensão dos efeitos ainda é desconhecida inclusive pela incompletude das negociações e novas leis, que não trataram de todos os aspectos da cadeia produtiva do gás natural na Bolívia. Em maio de 2008, a Bolívia comemorou a total nacionalização de seus recursos naturais, exatos dois anos após a instauração do Decreto Supremo que regulamentava a estatização dos recursos.

Regulação boliviana-1, Nacionalização de hidrocarbonetos-2; Relação Brasil-Bolívia-3.

Abstract

The main goal of this article is to understand the reasons for the current business and policy climate between Bolivia and Brazil, represented by Petrobras, from 2006. Above all, it seeks to understand the Bolivian regulatory changing that culminated in a period of re-nationalization of its natural resources in contrast to international interests, including Brazilians, and agreements already signed during the opening market period in the country. Thus, environmental outlook in Latin America today, prepares for an understanding of the process and its consequences for Brazil, even with the third largest gas reserves in the region, in the short term, as an importing country of natural gas.

To have a concrete base with foundations and analyze what happens nowadays, we must understand the political history of Bolivia and its internal changes. So, this article is divided into two parts: the first, aims to review the entire social-political process and the Bolivian direct connection with the exploration of oil and natural gas, to the socialist period, military and neoliberal, focusing on the agreements signed with Brazil in hydrocarbon sector for mutual benefit, until the emergence of political Evo Morales and the process of nationalization of natural resources, resulting in the crisis that has developed with international oil companies, mainly with Petrobras, until the final outcome on production and export of natural gas and its price.

In a second, this study wants to understand the political and economic consequences of that hydrocarbons nationalization's impacted on Brazil and Bolivia itself, in addition to a deeper study on the outputs found by the countries involved to avoid an energy disrupting supply in Brazil, and economical supply growth, in the Bolivian case, since Brazil is the main financier of the neighboring country.

Evo Morales' line of action has the union of a speech based on their origins, with a short-term strategy to increase the share of resources for the Bolivian foreign investments, with popular support of "redemption of our wealth". This policy, although the positive political point of view, has led to a reduction in the medium and long term of investments in Bolivia, as will be seen in the current article.

The current extension of the effects is still unknown even by the incompleteness of the negotiations and new laws, not dealt with all aspects of the natural gas process' chain in Bolivia. In May 2008, Bolivia celebrated the full nationalization of its natural resources, exactly two years after the establishment of the Supreme Decree regulating the nationalization of resources.

Bolivian Regulatory-1, Hydrocarbons Nacionalization-2; Brazil-Bolivia's Relationship-3.

1. INTRODUÇÃO

A região da América do Sul sempre se viu em uma enorme instabilidade política ao longo dos anos. No atual período da história, em que a energia e, particularmente o petróleo e o gás natural, constituem como a principal fonte de conflito político e econômico no mundo inteiro, países produtores da América Latina, influenciados por uma onda nacionalista, se vêem sobre enorme pressão popular e buscam apropriar-se de propriedades privadas em seu território violando acordos firmados em governos anteriores. Portanto, esse trabalho busca esclarecer a amplitude das mudanças na política boliviana que culminaram num período de nacionalização.

Dessa forma, por essa crise comercial no setor petrolífero entre Brasil e Bolívia ser atual, e, por contar com atualizações diárias sobre o assunto, o trabalho tornou-se um exercício de leitura e uma busca constante de novas informações de forma que, a cada dia, uma novidade mudava toda a estrutura do trabalho. A Petrobras investiu mais de US\$ 1,5 bilhão na Bolívia e chegou a processar 100% da demanda boliviana de gasolina e querosene e 60% do diesel, quando possuía as duas maiores refinarias do país. Porém, toda essa crise se deve a dependência do Brasil ao gás boliviano, sendo 75% do consumo somente do Estado de São Paulo, maior parque industrial do país.

A Petrobras tornou-se ao longo do tempo de permanência no país, a principal contribuinte para a economia boliviana, financiando melhorias em infra-estrutura local, investimentos diretos, arrecadação de impostos, formação de profissionais capacitados, dentre outras ações. Com isso, alcançou a taxa de 18% do total do PIB boliviano, assim como 20% em investimentos diretos e 22% na arrecadação de impostos. É possível que esse conflito gere graves problemas econômicos futuros à Bolívia, em função da retirada da Petrobras, entre outras empresas petrolíferas internacionais, também em processo de nacionalização.

2. HISTORICO POLITICO E SOCIAL DA BOLIVIA

A história boliviana e seus conflitos pelo poder têm como norteador a exploração das abundantes riquezas naturais que o país possui. Desde a Revolução de 1952 até a

nacionalização dos hidrocarbonetos no Governo Evo Morales em 2006, a terra, os minerais, a coca, os hidrocarbonetos e a água têm atraído grande atenção do Estado, dos partidos políticos, dos movimentos sociais, dos militares e das empresas internacionais, sendo estes os principais atores envolvidos com a história boliviana a partir do século XX.

Desde a colonização espanhola a Bolívia é o centro das explorações de riquezas naturais. A prata foi o principal produto exportador até o fim do século XIX, sendo substituída por outro mineral, o estanho, que predominou até a década de 1980. O cultivo de coca é tradicional na Bolívia há milênios, mas o surgimento da indústria da cocaína, na década de 1970, originou o plantio em larga escala para abastecer o mercado norte-americano e o europeu. Esse lucrativo comércio, encarado como tráfico pela proibição da droga em todos os países, causa grande tensão por causa do envolvimento das redes de crime organizado, que criam problemas para a política externa boliviana, sobretudo nas relações com os Estados Unidos. Apesar disso, o agronegócio prospera-se, especialmente a soja, nas províncias orientais.

A economia da Bolívia sempre se baseou no tipo primário-exportadora, sendo este setor, mais dinâmico e importante, dominado por poucos produtos minerais e agrícolas. Além disso, as terras produtoras se concentravam na mão de poucos fazendeiros, contribuindo para problemas no relacionamento com as terras indígenas e com os pequenos produtores rurais. As péssimas condições sociais do país e a disputa pelos recursos naturais são inseparáveis da questão indígena, a luta pelo reconhecimento da cultura dos povos originários – como os quéchuas, aymaras e guaranis – que formam cerca de 60% da população. A identidade destes povos foi reprimida pela Revolução de 1952, mas tornou-se um dos pilares no período de redemocratização.

Já os hidrocarbonetos começaram a se ganhar destaque a partir da década de 1930 e o gás entrou como a mola mestra no eixo econômico boliviano a partir da década de 1990 e hoje é responsável por quase 50% do abastecimento do mercado brasileiro e, em especial, o estado de São Paulo, o maior parque industrial do país.

Além da abundância de riquezas naturais, a Bolívia ocupa posição central na geografia da América do Sul, participando dos sistemas da Prata, dos Andes e da Amazônia. Sua importância política e geográfica se torna ainda mais destacada se

considerarmos que o país esteve como objetivo dos principais líderes políticos e sociais na história do continente, como Simón Bolívar e Ernesto Che Guevara.

2.1. Revolução de 1952

Para entender a Revolução de 1952, é necessária uma visão mais globalizada apontando as principais causas do movimento. Um desses antecedentes está na Grande Depressão dos anos 30, que abalou as economias em todo o mundo. A Bolívia também foi afetada, mas de forma indireta, pois como sua economia era altamente dependente da exportação do estanho e sua venda estava em baixa.

A crise foi agravada ainda pela decisão do governo em ir à guerra com o Paraguai pelo controle do Chaco Boreal, região contestada pelos dois países, onde se supunha haver grandes reservas petrolíferas. A Bolívia perdeu o conflito, que durou de 1932 a 1935 em uma decisão desastrosa por uma região que depois se descobriu não ter presença de hidrocarbonetos. O desempenho abaixo do esperado do Exército e as dificuldades de transporte e abastecimento das tropas culminaram um intenso debate sobre os problemas sociais do país:

A nova geração “desiludida” do Chaco intensificou, a partir de então, um debate nacional expresso amplamente na literatura da época sobre temas fundamentais, postergados pela emergência da guerra: a exploração de recursos naturais (minerais, petróleo, borracha), a extrema dependência econômica a que o país estava sujeito diante da variação dos preços internacionais e das grandes mineradoras privadas, a desigualdade na distribuição de terras (causadora de tanta violência nas áreas rurais) e a situação dilacerante das maiorias indígenas submetidas ao pongueaje e dos setores operários e mineiros. (Arze, 1999: 58).

A Guerra do Chaco não criara diretamente estes problemas, mas o conflito funcionou como um estopim, descobrindo as contradições sociais bolivianas e provocando dúvidas quanto à legitimidade da elite política boliviana: as oligarquias do estanho de La Paz e os grandes proprietários rurais do Altiplano. Nesse contexto, ganhou força o

nacionalismo econômico e a mobilização política dos militares, tendo sido as bases para golpes dados por majores e coronéis, que ocuparam o governo por diversos anos até a revolução.

A instabilidade política provocada pela Guerra do Chaco teve impacto decisivo nas classes médias urbanas e em setores mais organizados dos trabalhadores, como mineiros e operários industriais. Em 1941 foi fundado, por estes movimentos sociais, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), sob liderança dos intelectuais Victor Paz Estenssoro e Hernán Siles Zuazo e do líder sindical Juan Lechín. O MNR apoiou o golpe militar de Gualberto Villaroel em 1943, mas só chegou ao poder mediante outra insurreição armada, em abril de 1952, que encerrou um período de seis anos de governos conservadores.

Com a Revolução definida e com o poder de fato, o governo revolucionário, sobre os recursos naturais, protagonizou ações importantes como a nacionalização das minas de estanho e a ampla reforma agrária. Como o estanho passava por dificuldades desde a Grande Depressão, no final da década de 1920, os proprietários de baixo e médio porte faliram ou venderam seus negócios para um punhado de magnatas conhecidos como “barões do estanho”, concentrando o poder nas oligarquias de La Paz, além da entrada de empresas estrangeiras, principalmente dos EUA. Ao mesmo tempo, aumentou-se a organização sindical, com a fundação, pouco antes da revolução, da Central Operária Boliviana (COB), um dos atores mais importantes da política boliviana desde então.

Já durante o governo revolucionário, para gerir as minas nacionalizadas, foi criada a companhia Corporação Mineira da Bolívia (Comibol), a empresa estatal mais importante do país, ao lado da YPFB. Nos primeiros anos da revolução, criou-se um modelo de “co-gestão” entre o MNR e a COB, pelo qual as atenções eram divididas em questões ligadas à mineração e aos temas sociais. Isso tornou “possível à COB desenvolver enorme poder de veto contra as políticas governamentais, que transcendeu a queda do MNR e sobreviveu até a transição democrática.” (Mayorga, 1999: 341).

Na área rural, o governo apoiou a formação de milícias camponesas, que ocuparam as grandes propriedades e pressionaram pela reforma agrária, decretada já no ano seguinte, em 1953. Os antecedentes das milícias também se encontram na Guerra do Chaco, que mobilizou mais de duzentos mil soldados e os fez sentirem-se parte de uma comunidade política mais ampla:

Pela primeira vez, não apenas os mestiços e os brancos eram chamados a servir à pátria, mas também os camponeses das comunidades indígenas e das fazendas. Os recrutas, na maioria do Altiplano e dos vales altos da Bolívia, entraram em um mundo novo... Aprenderam a usar armas e conheceram seus camaradas, gente de outras partes da Bolívia. Pela primeira vez, em particular os camponeses, deram-se conta de que eram parte não apenas de sua pequena comunidade ou vilarejo, mas igualmente de uma nação. (Langer, 1999: 73–74).

A Revolução de 1952, então, rompeu com a dominação da oligarquia do estanho e dos proprietários rurais, mas não substituiu esse regime por uma democracia de massas. O modelo estabelecido pelo MNR foi o da cidadania tutelada, que garantia mais que direitos individuais, tratava-se também de um arranjo corporativo entre o Estado e os principais sindicatos (mineiros, operários e camponeses). O apoio político ao governo era conquistado por uma combinação de pressões e ações clientelistas, como extensão de crédito, acesso a alimentos de preços subsidiados, obras de infra-estrutura, escolas e hospitais.

O padrão, ao contrário do que aconteceu e se consolidou no México após a Revolução de 1910, jamais conseguiu controle efetivo sobre o movimento sindical, principalmente no campo. Apesar da tentativa do governo, a tensão entre comunidades indígenas e os dirigentes trabalhistas que deveriam organizá-las como sindicatos modernos continuava alta. O conflito mais grave ocorreu na chamada Guerra Ch'ampa, na qual os indígenas se rebelaram em armas contra os dirigentes que deveriam tutelá-los, entre 1959 e 1964.

O MNR também enfrentou sérias dificuldades econômicas, pois a época do auge do estanho já havia passado, e o governo tinha problemas em conseguir fechar as contas e precisou adotar medidas conservadoras do ponto de vista fiscal. A partir de 1960, as dissidências formaram partidos à direita (Partido Revolucionário Autêntico) e à esquerda (Partido Revolucionário da Esquerda Nacional) e se tornaram constantes os conflitos do governo com a COB e com os militares, que tomaram o poder em um golpe em 1964, liderado pelo general René Barrientos, que havia conquistado prestígio como o pacificador da Guerra Ch'ampa.

2.2. Ditaduras Militares (1964/1982)

Durante o Governo Barrientos, entre 1964 e 1969, foi arquitetado o Pacto Militar-Camponês, tentativa de utilizar o sindicalismo rural para se contrapor às demandas da COB, onde a influência comunista era forte. O arranjo funcionou de forma satisfatória, pois “a COB ficou isolada e desta maneira a confrontação entre ela e as Forças Armadas tornou-se o eixo de toda a luta política até a transição à democracia.” (Mayorga, 1999: 345).

Os mineiros não eram numerosos, mas tinham imensa importância devido à força econômica do setor. Em 1965, “representavam apenas 2,7% da população economicamente ativa, mas garantiam 94% do valor das exportações, as quais, por sua vez, respondiam por uma altíssima porcentagem do PIB.” (Castañeda, 1997: 408).

O Pacto Camponês-Militar começou a enfrentar problemas à medida que uma nova geração de líderes sindicais resistiu às interferências da ditadura. O acordo foi ignorado a partir das perseguições e conflitos do governo de Hugo Banzer (1971 – 1978). Ao fim do período autoritário, havia surgido na Bolívia um forte movimento contestatório de base rural, que se expressava tanto em termos de classe social como também de identidade indígena.

Essa corrente é conhecida como Movimento Katarista, em homenagem a Tupac Katari, líder da grande insurreição indígena do século XVIII. Os pais dos kataristas haviam participado da Revolução de 1952, mas como camponeses, e outros antepassados haviam lutado na Guerra do Chaco, mas seus manifestos apontavam outro desejo: “Reduziram-nos a camponeses e nos arrebataram nossa condição de Povo Aymara.” (Citado em Albó, 1999: 472). O movimento passou a utilizar a bandeira *wiphala*, símbolo dos povos indígenas, e a recuperar tradições e o próprio uso do idioma.

O movimento aproveitou a relativa abertura política dos governos dos generais Alfredo Ovando e Juan Torres, entre 1969 e 1971, antes do repressivo governo de Banzer, para estabelecer uma ponte entre o ativismo urbano e o sindicalismo rural. Com isso, os kataristas ascenderam rapidamente na luta sindical e passaram a liderar a Confederação Nacional dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CNTCB), mais importante órgão do setor rural.

Governo	Duração	Política Agrária	Política de Hidrocarbonetos
René Barrientos	<i>1964 / 69</i>	Pacto Militar-Camponês	Abertura do Capital Externo e entrada da Gulf Oil
Alfredo Ovando e Juan Torres	<i>1969 / 71</i>	Movimento Katarista	Nacionalização da Gulf Oil
Hugo Banzer	<i>1971 / 78</i>	Repressão e fim do Pacto Militar-Camponês	Flexibilização do monopólio da YPFB.
Pereda, Padilla, Guevara e Gueller	<i>1978 / 80</i>	Grande Instabilidade incluindo presidentes civis que impossibilitou políticas agrárias e sobre o petróleo.	
Garcia Meza	<i>1980 / 82</i>	Repressão	Assassinato do ex-ministro Marcelo Quiroga

Tabela 11 - Ditaduras Militares na Bolívia (1964-1982). Fonte: FUNAG.

Embora o Katarismo visasse a reformas sociais, e não à revolução, os enfrentamentos com as ditaduras militares foram violentos, particularmente durante o governo Banzer. De 1971 a 1974, o regime ainda mantinha algum grau de liberdade, mas o general deu um “golpe dentro do golpe” e assumiu enormes poderes, ao mesmo tempo em que impôs um duro pacote econômico, que incluía aumentos de preços em alimentos essenciais, comparado com o AI-5, no Brasil instituído anos antes.

2.3. Período de Redemocratização (1982-2008)

As décadas de 1980 e 1990 tiveram impacto contraditório sobre a sociedade boliviana uma vez que, ao mesmo tempo em que houve a redemocratização e o aumento das liberdades civis e políticas, também se destacou a implementação das políticas econômicas neoliberais. Neste contexto de transformações e crises, o gás natural tornou-se o norte da economia nacional e apareceram novos movimentos sociais, com destaque para o sindicato dos produtores de coca.

A transição da ditadura militar para a democracia foi marcada por profunda crise econômica, manifestada pela hiperinflação, que durou de 1982 a 1985 e chegou a superar 24000% ao ano. Os governos tentavam mudar a situação do país com constantes anúncios de pacotes de ajustes estruturais de forma a modificar completamente a economia do país, da mesma forma que aconteceu em outros países da América Latina e que também passavam por um processo de redemocratização e crises de hiperinflação. Com o Decreto Supremo 21.060, estabeleceu-se a “Nova Política Econômica” (NPE) que visava combater a hiperinflação, tentando conter o déficit público pela via da elevação das receitas da YPFB, empresa que já se desenhava como a principal financiadora do governo federal:

“O programa foi lançado no dia 29 de agosto, com um forte aumento dos preços dos combustíveis. Com a explosão dos preços da gasolina (um gasolinazo), o déficit orçamentário desapareceu. Choveu dinheiro na companhia estatal de petróleo e dela para os cofres do governo. O súbito fim do déficit orçamentário levou a uma estabilização imediata da taxa de câmbio. Uma vez que os preços eram estabelecidos em dólares e pagos em pesos, a estabilização súbita da taxa de câmbio significou igualmente a súbita estabilidade dos preços em pesos. Dentro de uma semana, a hiperinflação acabou.”
(Sachs, 2005: 126-127)

A NPE prosseguiu com a privatização da Comibol, a estatal de mineração. Antes de ser vendida ao setor privado, no entanto, a empresa passara por grandes dificuldades, pois de seus 27 mil trabalhadores, 21 mil haviam sido demitidos. O sindicalismo mineiro perdeu força e a era do estanho havia acabado, sepultada pelo baixo preço do produto no mercado internacional. Os mineiros demitidos tomaram o rumo do campo e muitos se juntaram ao movimento cocaleiro.

As privatizações, porém, não se restringiram à mineração. Em 1996, chegou a vez dos hidrocarbonetos. A YPFB teve seus ativos divididos, e os campos de petróleo e gás e as refinarias passaram a ser administrados por empresas estrangeiras, como Petrobras, Repsol-YPF e British Petroleum (BP). A estatal boliviana continuou a existir, mas sem atuar nas áreas de exploração e produção de hidrocarbonetos e os recursos adquiridos com a “capitalização” foram utilizados para financiar mudanças no sistema de previdência social.

Foi neste contexto que a Petrobras se tornou a maior investidora externa na Bolívia, com ativos totalizando 18% do PIB do país. E isso começou na década de 1990, quando a Petrobras descobriu que as reservas gasíferas bolivianas eram, na realidade, dez vezes maiores do que se imaginava, tornando viável a construção de um gasoduto que abastecesse as indústrias do sudeste brasileiro.

Entretanto, outros dois fatores criaram tensões que culminaram na nacionalização boliviana de 2006: a ascensão de movimentos sociais que disputavam o controle dos hidrocarbonetos e a disparada nos preços do petróleo, aumentando a importância geopolítica do gás natural e a margem de manobra diplomática dos países ricos nesse recurso, colocando a Bolívia como força política e geográfica no continente.

Para compreender como a força social indígena começou a aparecer no país, é preciso uma análise política dos partidos criados durante este período. No período de 1952 a 1982, os principais atores políticos da Bolívia foram o MNR, as Forças Armadas, a COB e os sindicatos rurais. Já durante a redemocratização os partidos políticos ganharam força e o MNR abandonou o modelo econômico centrado no Estado e adotou o neoliberalismo, mesmo continuando a ser a sigla mais influente.

O Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), fundado em 1971, conseguiu reunir socialistas e marxistas e alcançou a presidência entre 1989 e 1993, com Paz Zamora, que realizou uma curiosa e contraditória aliança política com o ex-ditador Hugo Banzer, o mais autoritário dos presidentes militares. O governo Zamora deu continuidade ao programa da NEP, tentando até mesmo ampliar as privatizações dando espaço ao próprio Coronel Banzer, que voltou à presidência entre 1997 e 2002, à frente do partido Ação Democrática Nacionalista (ADN), fundada em 1979. Ao longo dos anos, diversos partidos revezavam-se na presidência e buscavam apoio no Congresso pela distribuição de cargos, verbas e outros recursos públicos.

As décadas iniciais da redemocratização podem ser consideradas bem sucedidas em relação à estabilidade política, principalmente se comparado ao período anterior, durante as ditaduras militares, com vinte governantes diferentes, mas apenas seis constitucionais. Entre 1982 e 2002, apesar de todos os governos terem sido eleitos e cumprido seus mandatos, a consolidação deste sistema foi acompanhada por uma crescente segregação

entre partidos da sociedade, anunciando grandes e profundos problemas que se tornariam estruturalmente perigosos à sociedade.

Em relação à economia, o Produto Interno Bruto (PIB) da Bolívia cresceu 4,1% anuais entre 1987 e 1998, em uma taxa superior ao da média latino-americana para a época, de 2,6%. Contudo, a concentração de renda ainda era algo que afetava a estrutura do país com a renda per capita sendo igual a apenas 33% daquela dos demais países do continente, com dois terços da população na pobreza. O desempenho socioeconômico dos governos foi a principal causa para a sociedade assumir posições cada vez mais críticas diante dos governos, sobretudo a partir de 2000. Os principais atores nesse processo foram os movimentos sociais que surgiram em torno das questões da coca, da água, da cultura indígena e dos hidrocarbonetos.

Os principais pontos dessa abertura econômica e social do país são a Reforma Constitucional de 1994 e a Lei de Participação Popular, de 1995. A Reforma Constitucional estabeleceu o princípio da Bolívia como país “multiétnico e plurinacional”, aumento a importância e o reconhecimento para os povos indígenas, como a educação bilíngüe, em espanhol e em quéchua, aymara ou guarani.

Já a Lei de Participação Popular implica uma reorganização política do país com a transformação de qualquer agrupamento em zonas municipais, até mesmo as regiões de população indígena. Elites regionais e movimentos populares ganharam autonomia com relação ao poder central, em medidas que beneficiaram em especial as lideranças empresariais de Santa Cruz de La Sierra e as comunidades indígenas tradicionais, como os ayllus. Esta descentralização se tornou um marco importante na política boliviana, contrariando a centralização após a Revolução de 1952 e que prosseguiu durante a ditadura militar.

No início da década de 1980, a produção da folha de coca tornara-se um dos comércios mais lucrativos da Bolívia. Embora atendesse às demandas tradicionais, boa parte da produção destinava-se a suprir o mercado de cocaína nos EUA. Por ser proibido em todos os países do mundo, é difícil precisar a real força econômica do narcotráfico dentro do mercado boliviano, mas pode-se estimar que o cultivo da coca empregue cerca de trezentas mil pessoas, significando 7% da população economicamente ativa do país. (Yashar, 2005: 185).

A demissão em massa dos mineiros, com a nacionalização da Comibol em 1985, fez que muitos migrassem para as regiões de Las Yungas e Chapare, fronteira agrícola da coca. A população local dobrou na segunda metade da década de 80, incorporando também muitos migrantes pobres, cujos cultivos tradicionais, como milho e arroz, não conseguiam manter viáveis no novo quadro de abertura comercial implementado pela NPE. Os mineiros levaram suas tradições de luta política e fundiram-nas com as características locais:

“Houve uma fusão muito particular entre culturas políticas diferentes; de um lado, o movimento camponês, que exige terra, autonomia cultural indígena, respeito aos valores culturais arraigados nas comunidades camponesas, e, de outro, a experiência de mobilização e de confronto dos sindicatos operários organizados.” (Wasserman, 2004: 332).

O líder político mais importante do movimento é Evo Morales, migrante oriundo da região de Oruro, que se destacou à frente dos sindicatos cocaleiros. Morales foi um dos fundadores do Movimento ao Socialismo (MAS), em 1987. O maior êxito do partido foi formar pontes entre os diversos setores sociais descontentes com as condições de vida na Bolívia, sendo a coca um dos elementos da valorização da cultura nacional e da identidade indígena, continuando a tradição de mobilização herdada do Katarismo. Em meados da década de 90, Morales já tinha grande prestígio e perdeu as eleições presidenciais de 2002 por apenas 2%, para o candidato do MNR, Sánchez de Lozada.

A ascensão dos cocaleiros, no entanto, foi de encontro à política antidrogas dos EUA. Visando à repressão da oferta, os Estados Unidos passaram a financiar programas de erradicação das plantações de coca na Bolívia, na Colômbia e no Peru. As medidas adotadas oscilavam entre o uso repressivo das Forças Armadas ou a concessão de benefícios econômicos, como acesso facilitado de produtos agrícolas ao mercado norte-americano.

Os resultados da política antidrogas dos EUA foram contraditórios e alcançou diferentes resultados. Se por um lado, muitas plantações foram destruídas, a repressão militar, com uso de fumigações de produtos químicos e violência contra os cocaleiros,

contribuiu para mobilizar em massa a categoria, em um processo de radicalização do movimento.

Outra corrente política importante a se consolidar durante a redemocratização foi o movimento dos ayllus, as comunidades tradicionais indígenas. O movimento se fortaleceu com as mudanças empreendidas pelo governo Sánchez de Lozada, estabelecendo-se como importante ator político no contexto da Lei de Participação Popular.

2.4. A Guerra do Gás

A Nova Política Econômica, NPE, imposta a partir de 1982 mudou o panorama da economia boliviana. O país do estanho ficou para trás e em seu lugar os hidrocarbonetos assumiram o posto central, sendo responsáveis por 86,2% das exportações do país. A privatização do setor, em 1996, levou à multiplicação do investimento estrangeiro na Bolívia, que saltou de 17% do PIB (1982) para 70% (2000). Cerca de metade desse capital foi para as áreas de petróleo e gás, com o restante distribuído por outras empresas privatizadas (eletricidade, água, mineração, aviação). A Bolívia tornou-se um dos países em desenvolvimento com uma economia mais internacionalizada, sendo o percentual de participação dos estrangeiros no estoque de capital do país o triplo do existente no Brasil e no México. (Cunha, 2004: 482–485).

Os hidrocarbonetos já haviam sido centrais nas disputas políticas das décadas de 30 e 60, quando ocorreram as primeiras nacionalizações. O setor tornou-se novamente o foco das lutas do país na década de 90, culminando com a terceira nacionalização boliviana, sob o presidente Morales, em 2006. Foram basicamente três fatores que levaram ao acirramento das tensões:

- A importância cada vez maior do gás natural para a economia da Bolívia;
- A concentração de poder no setor em empresas estrangeiras;
- O contraste entre o aumento dos preços dos hidrocarbonetos e a persistência da miséria para a maioria da população boliviana.

Os novos movimentos sociais bolivianos passaram a reivindicar o aumento do controle, ou até a nacionalização dos hidrocarbonetos já que no início da privatização, as empresas estrangeiras pagavam o considerado a 18% de impostos. O núcleo mais radical da mobilização nacionalista veio dos sindicatos cocaleiros e dos grupos de Cochabamba, que não se interessavam, a princípio, por petróleo e gás, mas passaram a ver na posse destas riquezas naturais a chave para o desenvolvimento da Bolívia.

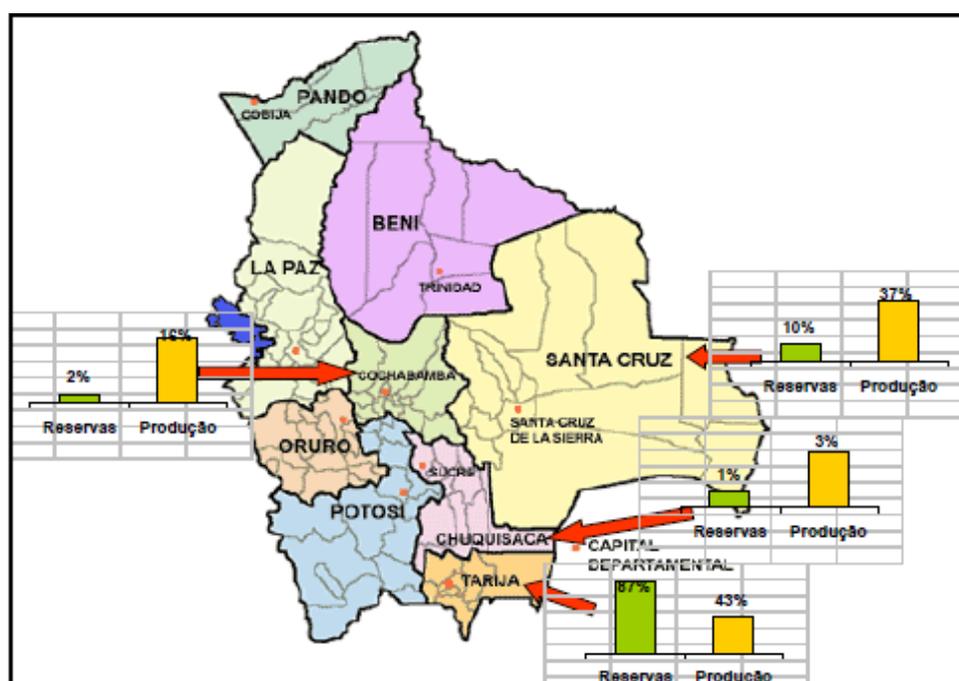


Figura 1 – Localização Geográfica das Reservas (P1+P2) e Produção (Fonte: YPFB)

O estopim para a Guerra do Gás foi o anúncio, em 2003, pelo presidente Sánchez de Lozada, do projeto de exportar o gás natural para os EUA através de portos chilenos. O plano logo irritou os nacionalistas, pois implicava acordos econômicos com os Estados Unidos, a quem o sentimento anti-americano estava à toda por causa da política antidrogas e do apoio prestado às ditaduras militares da Bolívia. E ainda por cima envolvia o Chile, país com eterna crise política após a perda do litoral boliviano para as tropas daquele país na guerra do Pacífico, no fim do século XIX.

Os protestos sociais foram violentos e obrigaram o presidente Sánchez de Lozada a renunciar ao cargo. O ano de 2003 também foi marcante pelo conflito entre polícia e Forças

Armadas, em razão de uma greve policial, com mais de trinta mortos. A Bolívia corria o risco de transformar em um foco de instabilidade que poderia se espalhar pela América Andina, incentivando os movimentos sindicais a insurgirem contra os governos e provocar uma guerra civil.

Sánchez de Lozada foi substituído pelo vice-presidente Carlos Mesa, que assumiu o poder com uma visão mais moderada e de busca de soluções negociadas entre os diversos grupos políticos em conflito. Mesa prometeu um “pacto de governabilidade” baseado na convocação de um referendo sobre os recursos energéticos, na revisão da Lei de Hidrocarbonetos e na eleição de uma Assembléia Constituinte. A pressão popular fez que Mesa aumentasse os impostos sobre petróleo e gás de 18% para 50%, mas desistiu de nacionalizar o setor, temendo as indenizações bilionárias que poderia ser obrigado a pagar.

O equilíbrio de poder no qual Mesa se sustentava rompeu-se dois anos depois quando resolveu romper com os cocaleiros. Tal decisão aliada à insatisfação com a questão dos hidrocarbonetos levou a uma nova onda de protestos generalizados em meados de 2005:

“A gestão soberana dos recursos naturais – água, gás, florestas, terra, território – e a reivindicação do exercício dos direitos cidadãos ocupam a trincheira atual do conflito na Bolívia.” (Quiroga, 2005: 20).

Houve risco de golpe militar e as Forças Armadas sugeriram ao presidente transferir a capital para Santa Cruz de la Sierra, onde se acreditava que o governo estaria mais protegido das camadas populares, cujo centro era o Altiplano, em La Paz. Ao fim, Mesa renunciou e, após um período de instabilidade, foi substituído pelo presidente da Suprema Corte, Eduardo Rodriguez, que governou por seis meses até as eleições presidenciais vencidas por Evo Morales.

2.5. Eleições de 2005

Em uma histórica eleição realizada no 18 de dezembro de 2005, o povo boliviano elegeu pela primeira vez ao mais elevado cargo do poder executivo de seu país, um

descendente indígena. Evo Morales tinha uma plataforma política baseada em dois conceitos bem definidos, nacionalismo e populismo.

Superando as expectativas, ele venceu no primeiro turno da eleição, sendo essa a primeira vez que isso acontecia desde o fim da ditadura militar boliviana em 1982. Essa vitória foi mais significativa, pois de acordo com a constituição boliviana, se um dos candidatos não obtiver mais da metade dos votos válidos no primeiro turno, o congresso que faria a escolha do presidente entre os dois candidatos mais votados. Sendo assim, daria ao eleito um mandato de menos poder e com mais influência dos parlamentares.

Recebendo quase 54% dos votos válidos, ele obteve mais que o dobro dos votos de Jorge Quiroga, antigo presidente e candidato da base conservadora. Essas eleições garantiram um reforço da base de oposição, que limitaria a os poderes de Evo em implementar suas idéias políticas.

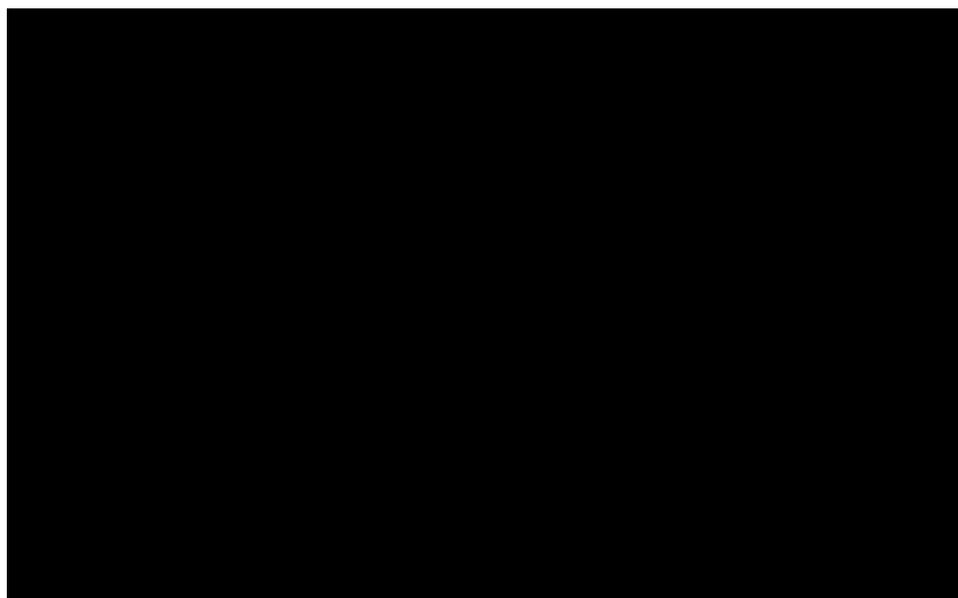


Figura 2 – Resultado da Eleição Boliviana de 2005 (CERA, 2006)

A oposição, concentrada pela aliança *Podemos*, e a fraca representação do partido do presidente, *MAS* (Movimento para o Socialismo), no Senado boliviano, forçaria o novo governo a negociar e chegar a um consenso para conseguir implantar o mínimo de seus projetos.

O *MAS* teve um inegável sucesso em ambas as casa do congresso, com 54% dos lugares. Entretanto a aliança *Podemos*, liderado por Jorge Quiroga, estava presente para travar uma luta de oposição, conquistando 35% das vagas, onde eles esperam conseguir a liderança do Senado, mantendo a coalizão *Podemos* como uma liderança na arena política boliviana.

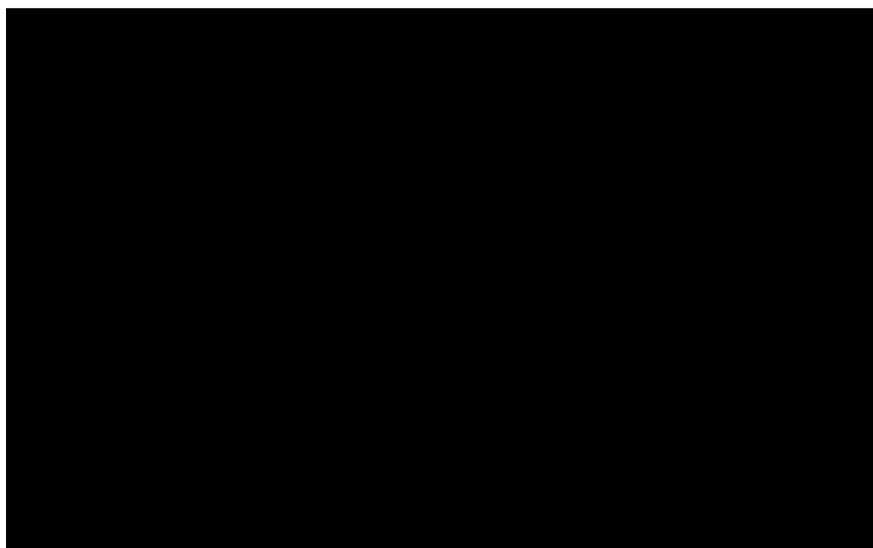


Figura 3 – Resultado da Eleição do Legislativo Boliviano

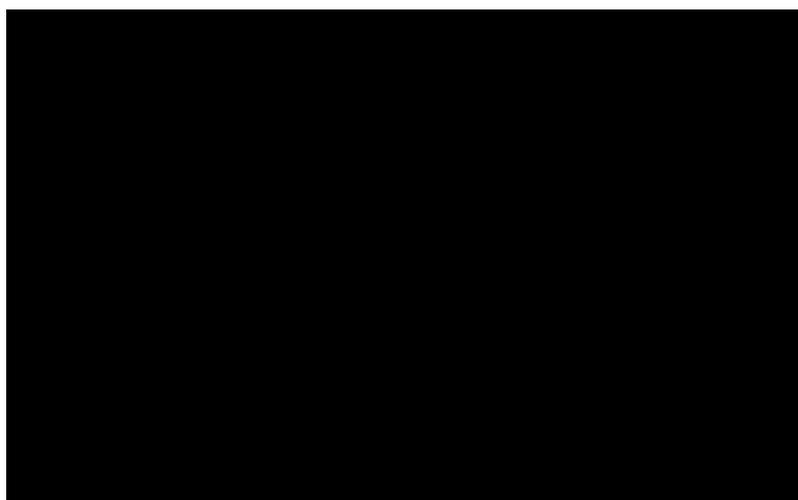


Figura 4 – Resultado da Eleição do Legislativo Boliviano

Negociar com os novos governadores eleitos das nove províncias bolivianas seria um grande desafio. O *MAS* ganhou em apenas três e nenhuma delas é uma líder industrial ou rica em reservas de hidrocarbonetos, como Santa Cruz ou Tarija. Interessantemente, o *Podemos* só conseguiu vencer em La Paz e perdendo outras para candidatos regionais e independentes. Essa diversificação dos partidos vitoriosos é uma clara amostra dos recentes movimentos separatistas.

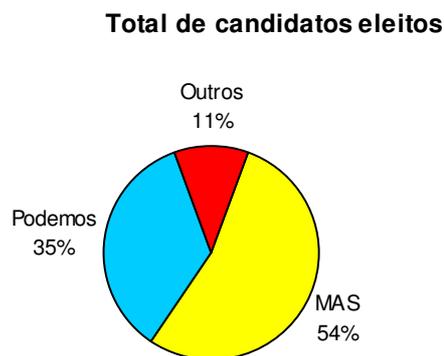


Figura 5 – Porcentual de candidatos eleitos por partido

Desde a sua eleição, Evo Morales focou como principais medidas, a nacionalização das reservas de hidrocarbonetos e na renegociação dos contratos existentes de produção e exportação do gás natural, causando preocupação nas empresas privadas e nos países vizinhos.

Os projetos políticos e econômicos de Morales estavam descritos em um documento distribuído durante a campanha, com o título de “*Diez Medidas para construir una Bolivia Digna, Productiva e Comunitária*”. Esse documento era amplamente baseado no aumento da participação do Estado na economia para garantir que as riquezas geradas pelas reservas do país se destinassem aos membros mais pobres da sociedade.

O ponto principal eram as reservas de gás natural. A implantação desse novo modelo daria ao Estado maior controle sobre essas reservas e afetando negativamente as empresas privadas que tinham reservas e operações no país.

Contudo, Evo havia declarado que tinha conhecimento sobre a importância dos investimentos estrangeiros para o desenvolvimento da economia do país e assegurou manter alguns incentivos para as empresas estrangeiras. Ele chamava esses programas como “pacto social com as empresas estrangeiras” e “garantias legais para o investimento estrangeiro”, respectivamente, para o desenvolvimento da capacidade produtiva da Bolívia.

3. PERFIL DE EVO MORALES

No dia 26 de outubro de 1959, em uma pobre cidade montanhosa da Bolívia conhecida como Orinoco, mais precisamente no povoado mineiro de Oruro, nascia Juan Evo Morales Ayma. Como muitos dos habitantes do planalto ocidental Boliviano, Evo Morales, como é mais conhecido, tem como língua materna o aimará e como segunda o castelhano.

Filho de Dionísio e de Maria, Evo chegou a ter sete irmãos, entretanto devido às péssimas condições de vida em que sua família se encontrava, apenas três irmãos sobreviveram além dos dois anos de idade. Quando criança, desejava estudar e ser um jornalista, pois “eles sempre estão bem informados de tudo e estão no centro dos problemas”. Na adolescência, foi pastor de lhamas e tocava trompete em uma banda da cidade.

Com o encerramento da atividade nas minas nos anos 60, sua família mudou junto com milhares de outras famílias para o Chapare, para cultivar frutas e verduras, no monte ao leste do país. Nos anos 80, com a diminuição das barreiras de importação, os produtos estrangeiros inundaram o mercado local, sendo assim aos camponeses do Chapare sobrou apenas a folha de coca para gerar dinheiro.

Morales terminou apenas o ensino médio, atribuindo sua educação posterior ao que tem chama de “Universidade da vida”, participou do serviço militar aos 17 anos de idade. E já em 1981, teve início a sua vida política, sendo nomeado como secretário de esportes do sindicato dos cocaleros de San Francisco no chapare. Daí teve uma ascensão no movimento sindical.

Na década de 90, Morales enfrenta o governo do presidente Hugo Banzer Suárez, que havia prometido aos Estados Unidos a erradicação total do cultivo de coca no país, e

assume a presidência da *Federación del Trópico de Cochabamba*, uma federação de camponeses compradores de coca que resiste aos planos governamentais para a erradicação desses cultivos, considerando que são parte da cultura ancestral dos povos indígenas.

Já como líder dos cocaleros, Evo Morales foi eleito ao congresso em 1997, como representante das províncias do Chapare e de Carrasco de Cochabamba, com 70% dos votos do distrito, e foi o parlamentar mais bem votado na ocasião.



Figura 6 – Evo Morales posa oficialmente como presidente boliviano em janeiro de 2006.

Nas eleições presidenciais de 2002, Morales ficou em Segundo lugar, uma façanha, se comparado ao domínio dos partidos tradicionais. Em 2005 foi eleito com 54% dos votos válidos, tornando-se o primeiro presidente indígena. Tomou posse no dia 22 de janeiro de 2006 como o primeiro presidente boliviano eleito em primeiro turno em mais de trinta anos.

4. CONTEXTO BOLIVIANO ATUAL

4.1. Desafios Iniciais do Governo Morales

Morales ganhou as eleições no primeiro turno, com expressivo apoio popular e respaldado por amplos movimentos sociais. Porém sua vitória se deu em um quadro de expectativas crescentes por parte da população pobre, que esperava do presidente respostas rápidas quanto à melhoria das condições de vida do país.

Durante a campanha e os primeiros meses na presidência, Morales foi ambíguo no que diz respeito aos hidrocarbonetos, ora defendendo sua nacionalização, ora afirmando que a Bolívia queria “sócios, e não patrões”, declaração que apontava para a revisão dos contratos com as principais empresas do setor. O governo boliviano reclamava dos preços, alegando que a alta do petróleo significava que o gás também deveria ser reajustado em 45%.

As dificuldades iniciais enfrentadas por Morales fizeram que sua popularidade caísse 12% de janeiro até abril. O presidente reagiu com um golpe de força: no dia 1º de maio, promulgou o Decreto Supremo 28701, batizado de “Heróis do Chaco” nacionalizando os hidrocarbonetos. Em um gesto controverso, o Exército ocupou as refinarias da Petrobras e cinquenta e seis blocos de exploração de outras empresas.

O decreto de nacionalização, entretanto, era bem menos abrangente do que os dois anteriores, dos anos 30 e 60. O Estado boliviano assumiu controle acionário (50% + 1) de diversas empresas e os maiores campos, aqueles operados pela Petrobras e pela Repsol-YPF, tiveram seus impostos aumentados de 50% para 82%. Os outros continuavam a pagar 50%.

A nacionalização de Morales atendeu às demandas que os movimentos sociais formularam desde a década de 90 e a popularidade do presidente disparou, atingindo mais que 80%, dando-lhe vitória nas eleições de julho para a Assembléia Nacional Constituinte, ainda que não conseguisse os dois terços das cadeiras necessárias à aprovação de emendas constitucionais.

Opositores de Morales dentro e fora da Bolívia afirmaram que a nacionalização era contraproducente, pois indispunha o país com o Brasil, maior parceiro econômico e

investidor, destino de mais de 60% das exportações de gás boliviano. Há poucas opções ao país, visto que, dos outros vizinhos, a Argentina é auto-suficiente em gás e o Chile sequer mantém relações diplomáticas plenas com a Bolívia, por causa do conflito em torno do acesso marítimo. A disputa judicial iniciada com a Petrobras confirmou algumas dessas preocupações, devido à paralisação dos investimentos e ao descontentamento de boa parte da opinião pública brasileira, em particular com o uso do Exército boliviano para programar a nacionalização.

Os críticos também examinaram a história frustrada das duas nacionalizações anteriores da Bolívia, para ressaltar a necessidade do país se abrir ao capital estrangeiro e à cooperação com países mais desenvolvidos. Para superar esse obstáculo, Morales conta com o auxílio do governo da Venezuela, esperando que o presidente Hugo Chávez e a PDVSA possam desempenhar melhor o papel anteriormente representado pela YPF argentina e pela PEMEX mexicana, que falharam na capacitação dos bolivianos. Outros parceiros em vista aos bolivianos são o Irã e Cuba, se aproximando mais ainda dos ideais socialistas e, curiosamente, inimigos declarados dos Estados Unidos.

As autoridades bolivianas também apostam na alta dos preços dos hidrocarbonetos como um elemento que reforça seu poder, mirando-se nos exemplos da própria Venezuela e da Rússia. Evo Morales tem grandes desafios pela frente. Embora possua maior base de apoio que seus antecessores, portanto, a expectativa de mais estabilidade política, terá de enfrentar a oposição de parte significativa das elites, sobretudo na região de Santa Cruz de la Sierra.

Há tensões com os principais parceiros econômicos da Bolívia, gás e reforma agrária, no relacionamento com o Brasil, e coca, com os EUA. O governo norte-americano pode cancelar os benefícios comerciais aos produtos bolivianos pelo descontentamento com a questão cocaleira e com as alianças internacionais do presidente Evo Morales. Ele também o risco de ficar atrelado aos projetos de liderança regional da Venezuela de Chávez, com tudo que isso implica em termos de confronto e turbulência com os países vizinhos e com os Estados Unidos.

O quadro abaixo sintetiza as oscilações no marco regulatório dos hidrocarbonetos no período que vai do início da exploração em grande escala até os dias atuais:

Período	Tendência	Marco Regulatório
1921 – 1936	Liberal	Standard Oil domina o mercado boliviano
1936 – 1955	Nacionalização	Criação e monopólio da YPFB
1955 – 1969	Médio-liberal	Co-existência da YPFB com empresas internacionais, em especial a Gulf Oil.
1969 – 1972	Nacionalização	Retorno do monopólio da YPFB
1972 – 1996	Monopólio flexibilizado	Participação do capital privado nos setores de E&P
1996 – 2005	Liberal com privatizações	<ul style="list-style-type: none"> • Petrobras e Repsol-YPFB dominam o mercado. • Construção do Gasoduto Brasil-Bolívia. • Impostos e royalties somam 18%.
Fevereiro de 2005	Médio liberal	Nova Lei dos Hidrocarbonetos: impostos e royalties vão a 50%.
Mai de 2006	Nacionalização	Retorno do monopólio da YPFB.

Tabela 2 – Mudanças regulatórias na indústria do petróleo boliviano

Fonte: elaborado com base em Miranda (1999); Cepik e Carra (2006).

O presidente boliviano precisará lidar com todos esses problemas na busca da retomada do desenvolvimento para seu país, em meio a fortes pressões populares por soluções rápidas. Seria uma tarefa difícil até para um Estado mais sólido e estável do que a Bolívia.

4.2. Crise Constitucional de 2008

No início de setembro de 2008, opositores políticos de Evo Morales, reconhecidamente líderes dos cinco departamentos mais ricos e que mais produzem gás

natural no país (Santa Cruz, Beni, Pando, Tarija e Chuquisaca), ver figura 7, entraram em rota de colisão com o governo federal questionando a decisão de ceder maiores direitos à população indígena e reivindicando autonomia regional e recursos econômicos, impedindo que os impostos relacionados à produção de gás natural sejam divididos por todos os departamentos, principalmente para aqueles em que há maioria indígena.

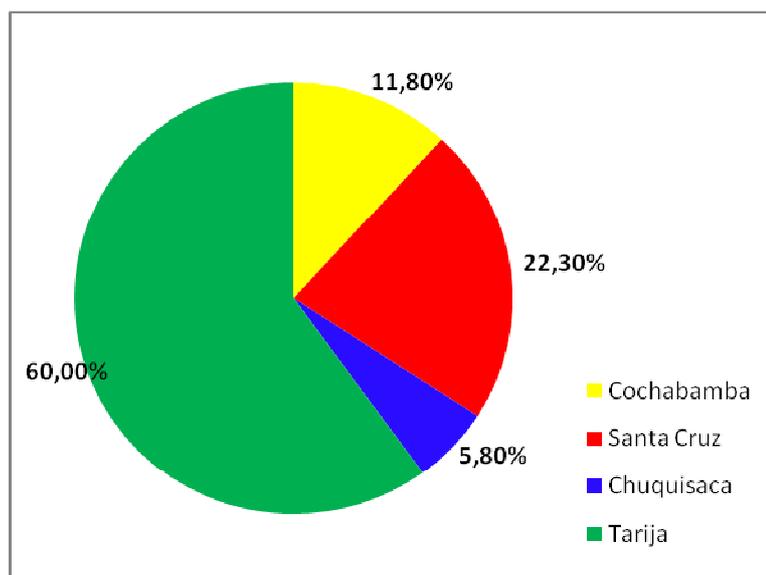


Figura 7 – Produção de Gás Natural da Bolívia por departamentos (Fonte: O Globo)

Protestos em bloqueios de estradas, invasões de plantas industriais e fechamento de postos alfandegários em Santa Cruz, fechando a fronteira com o Brasil, foram os meios encontrados pelos manifestantes em pressionar o governo de Evo Morales.

No dia nove de setembro de 2008 os opositores do presidente boliviano tomaram uma das principais usinas de distribuição de gás natural ao Brasil, no departamento de Tarija e anunciaram a interrupção do fornecimento ao país. Centenas de estudantes da União Juvenil de Santa Cruz (UJC) invadiram uma unidade de gás da empresa Transierra, formada pela Petrobras, Total e pela boliviana Andina e fecharam válvulas de distribuição, comprometendo efetivamente a exportação de gás natural ao Brasil.

O aumento da violência em Santa Cruz e as tomadas das usinas de gás pelos manifestantes forçaram o governo a se reunir para rever as medidas de distribuição dos

recursos ao departamento da região da Meia Lua, admitindo o antigo Ministro dos Hidrocarbonetos até então Carlos Villegas no Ministério do Planejamento Estratégico.

No dia seguinte, dez de setembro de 2008, houve uma explosão em um dos braços do gasoduto Brasil – Bolívia que forçou uma redução de 13% no envio de gás ao Brasil, diminuindo a capacidade de exportação de 31 milhões de metros cúbicos diários para 27 milhões. A diferença chegou a alcançar 15 milhões de metros cúbicos durante as manifestações e o fechamento das válvulas para seu conserto. Porém, como esta redução máxima durou apenas seis horas, o abastecimento no Brasil, principalmente em São Paulo, não foi tão sentido e a crise, apesar de ter beirado a guerra civil, foi controlada de forma dura pelas forças armadas, com algumas vítimas fatais e muitos feridos.

5. A INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NA BOLÍVIA

A história de exploração em território Boliviano é anterior à brasileira. As primeiras concessões de petróleo na Bolívia são oriundas do século XIX, em 1865. Porém, somente em 1913, graças ao investimento de um empresário Luís Lavandez, impulsionado pelas perspectivas promissoras que o petróleo dava nos Estados Unidos, principalmente, foi perfurado o primeiro poço em território boliviano, com sucesso. Com essa descoberta, Lavandez obteve uma concessão de um terreno de mais de um milhão de hectares para explorar o hidrocarboneto.

5.1. Primeira Nacionalização

Devido aos enormes gastos e com um custo de capital elevado, Lavandez vendeu suas concessões à empresa norte-americana Richmond Levering Company, em 1920. Posteriormente, outra companhia americana, Standard Oil Company, comprou essas mesmas concessões e, a partir de 1924, esta empresa descobriu seguidos campos de petróleo: o campo de Bermejo em 1924, Sanandita em 1926, Camiri em 1927 para, por fim, instalar refinarias nestas duas últimas localidades.

Porém, esta empresa teve grandes problemas com o estado boliviano. A partir de 1931 a Standard Oil começou a retirar equipamentos do país e, de acordo com o Governo Boliviano, começou a exportar clandestinamente o petróleo para a Argentina. Outro fator

que aumentou as tensões entre a companhia e o governo foi o fato da empresa se recusar a abastecer às Forças Armadas bolivianas durante a Guerra do Chaco, em 1932.

Muito em função dessa crise com o exército, quando os militares assumiram o poder, após a guerra, a imagem e a reputação da empresa estava bem arranhada e, em 1935, o então presidente José Luís Tejada iniciou um processo contra a empresa por fraudes fiscais e exportações clandestinas de petróleo durante os anos de 1926 e 1927. Dois anos depois, o Governo de David Toro expropriou e confiscou os bens da empresa sob a acusação de traição contra a pátria boliviana.

Em 21 de dezembro de 1936, o então presidente Coronel David Toro, em um decreto, oficializou a criação da primeira companhia estatal do país na área de petróleo, a YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) para que pudesse fiscalizar, explorar e explotar os hidrocarbonetos bolivianos. Porém, a nacionalização da companhia não fez com que sua mão-de-obra se tornasse especializada e a YPFB passou por muitos problemas técnicos em seu começo. Outros fatores contribuíram para a crise inicial da empresa:

- A suspensão de todo interesse internacional nas reservas de hidrocarbonetos bolivianos após a surpreendente nacionalização da *Standard Oil*;
- O contexto interno apresentava problemas econômicos e políticos após a Guerra do Chaco, que determinou a perda de uma parte do território ao Paraguai.
- As constantes intervenções políticas e a utilização da companhia como arma política.

Esses fatores contribuíram para o precário crescimento e estruturação da companhia em seus primeiros anos de vida. Em 1938, o então presidente Germán Busch decretou uma mudança fiscal para o pagamento de 11% de toda a produção a favor dos departamentos produtores. No ano seguinte, a YPFB perfurou seu primeiro poço em Sanandita e acordou com o Brasil o primeiro convênio entre os dois países, de acordo mútuo ferroviário que deu origem às primeiras exportações de gás ao Brasil.

Apesar dos revezes, Em 1941, a produção explodiu chegando a 230 mil barris por ano. Em 13 anos, a produção só do campo de Camiri produzia quase 3 milhões de barris por ano. A década de 50 foi de grande sucesso à empresa, garantindo um período chamado de “anos dourados” para a YPFB. Durante este período foi aprovado o Código de Petróleo e

os volumes de produção aumentavam ano após ano. As refinarias de Cochabamba e Santa Cruz foram expandidas e garantiam bons investimentos ao país e a YPFB expandia-se por todo o país, aumentando ainda mais sua importância em toda a cadeia produtiva do petróleo dentro do país. Além disso, a empresa, em 1941, já abastecia 30% do mercado interno e somava investimentos na ordem de US\$ 17 milhões, de acordo com a *Cámara Bolivia de Hidrocarburos*.

5.2. Segunda Nacionalização

A Revolução de 1952 havia mantido a importância central da YPFB para a exploração dos hidrocarbonetos, mas também realizara aberturas ao capital externo – como exemplificado pelas *Notas Reversais de Roboré*, firmadas com o Brasil em 1958, que previam a ação de empresas privadas brasileiras para extrair petróleo. As Notas atualizaram acordo assinado em 1938 e, por nunca terem sido efetivamente posto em prática, causaram enorme controvérsia no Brasil, devido às diversas interpretações de que companhias estrangeiras poderiam usar brechas no acordo para entrar no mercado boliviano. O Congresso brasileiro também protestou por ter sido aliado de negociações:

“Com efeito, as reversais extrapolaram seu âmbito ao introduzir graves modificações no que já havia sido acordado entre os dois governos. O procedimento adotado equivalia a deixar ao arbítrio dos negociadores a resolução de assuntos privativos do Congresso Nacional.” (Cervo e Bueno, 2002: 304).

No Brasil, a polêmica acirrou-se ainda mais com a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, que criticou duramente as Notas e afirmou que deveriam ser objeto de tratado, submetido ao Congresso. A questão arrastou-se por anos, até que, em 1961, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Santiago Dantas, decidiu encaminhar as notas ao Parlamento.

Na Bolívia, a abertura ao capital estrangeiro foi aprofundada pelo governo militar de Barrientos. Ao mesmo tempo em que se aproximava politicamente dos EUA no contexto do acirramento da Guerra Fria, o general também abria oportunidades de negócios para

empresas petrolíferas norte-americanas. A principal beneficiada foi a Gulf Oil, que se tornou a maior investidora externa na Bolívia.

A partir de 1960, foram concedidas novas concessões para as empresas privadas, baseadas no país, como a *Bolivian Gulf Oil Company* (BOGOC). Assim, foram descobertos e explorados novos poços ao norte de Santa Cruz, na zona de Carandá, Colpa e Río Grande, entre 1960 e 1962. Já em 1965, a produção da BOGOC somente no campo de Carandá chegava aos 40 mil barris diários e suas reservas eram dez vezes maiores que a da YPF, garantindo um contrato de mais de vinte anos de venda de gás para a Argentina.

A exploração de gás gerou um grande problema dentro do país já que o Gás Natural não figurava registros legais dentro do Código do Petróleo. Por isso, uma nova virada ocorreu em 1969, durante o governo do General Ovando. O Ministério dos Hidrocarbonetos foi assumido pelo líder socialista Marcelo Quiroga Santa Cruz, que decretou a nacionalização das propriedades da Gulf Oil, mas a experiência não teve melhor desempenho do que a medida semelhante adotada em 1936:

“Nenhuma das duas nacionalizações logrou resolver os problemas do país. A Bolívia continuou tão pobre quanto era antes e a YPF revelou-se incapaz de assumir os elevados encargos necessários para conduzir a indústria petrolífera. Em ambos os casos, faltaram capitais para investir em pesquisa, exploração e modernização. Faltava também mão-de-obra qualificada para tocar o setor.” (Cepik e Carra, 2006: 2–3)

Na instabilidade que caracteriza a política boliviana, o quadro regulatório foi alterado outra vez em 1972, no Governo Banzer. O general outorgou nova Lei Geral dos Hidrocarbonetos, que estabeleceu o “monopólio flexibilizado” (Miranda, 1999) da YPF, com participação do capital privado nos setores de exploração e de produção do petróleo, na qual o operador dividiria a produção de petróleo e gás natural em porcentagens iguais. Apesar disso, a produção de gás natural alcançava seguidos recordes, chegando a 400 milhões de pés cúbicos por dia e sua exportação batia 150 milhões de pés cúbicos dia. Este período coincidiu com o registro de preços mais alto da história, durante a Primeira Crise do Petróleo, e as refinarias de Cochabamba e Santa Cruz duplicaram suas capacidades. Ao

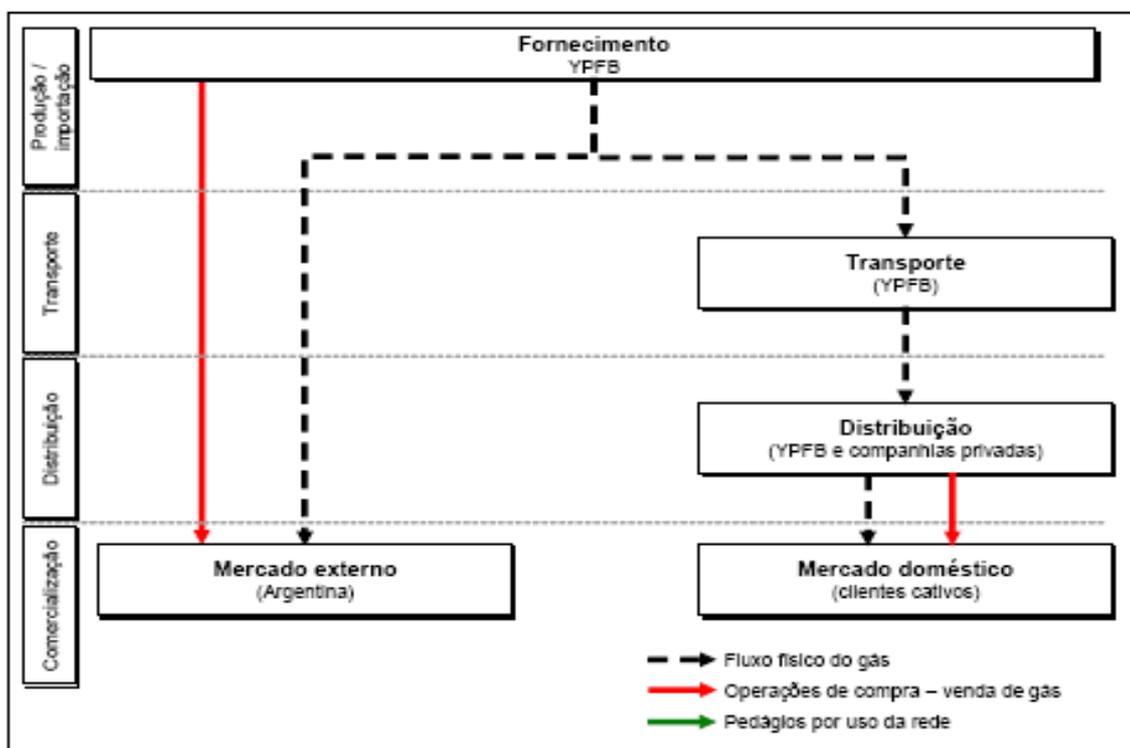
fim dos anos 70, a produção chegaria a 500 milhões de pés cúbicos diários com a exportação equivalente a 40% desse montante. Tal marco foi mantido até a década de 1990, quando o setor foi liberalizado de vez.

No entanto, na década de 80 a situação mudaria por completo. Os bloqueios destinados às empresas estatais se confrontaram com as medidas de política internacional de atrair investimentos internacionais. Em 1990, modificou-se a Lei Geral de Hidrocarbonetos para permitir o ingresso de vinte novas companhias estrangeiras e, em 1993, fixou-se um contrato de venda de gás natural ao Brasil. Já em 1986, foi criada a Câmara Boliviana de Hidrocarbonetos, uma entidade sem fins lucrativos, por 15 empresas que atuavam no ramo de prestação de serviços às empresas operadoras.

Antes de ser capitalizada, a empresa estatal de energia, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB), produzia 66% do gás e 85% do petróleo e condensados do país e refinava 100% dos produtos. Além disso, a YPFB realizava 100% das exportações de gás boliviano para a Argentina.

Antes do processo de transformação e até 1996, a YPFB teve os direitos exclusivos para a prospecção e extração do gás e do petróleo em todo o país. A empresa operou, até a implementação das reformas, de forma direta e única em todas as áreas do negócio dos hidrocarbonetos líquidos, gasosos e seus derivados, tais como: prospecção; produção; refino (Cochabamba, Santa Cruz e Sucre); e, transporte. Finalmente, e em relação ao mercado de distribuição residencial, a YPFB comercializava o gás de forma direta, ao mesmo tempo em que detinha uma participação acionária nas empresas de distribuição.

A figura 8 apresenta a estrutura do setor de gás natural antes do processo de transformação.



Fonte: Análise STRAT/RG

Figura 8 – O setor de gás natural boliviano antes da Reforma Regulatória.

Porém, antes das reformas introduzidas no setor energético, a partir do processo de capitalização, o setor de hidrocarbonetos apresentava os seguintes problemas:

- Relação reservas/produção abaixo dos 15 anos, nível mínimo para a garantia do fornecimento interno no decorrer do prazo³;
- Retração do ritmo de produção de derivados líquidos de petróleo que se tornou inferior ao crescimento da demanda;
- Falta de recursos financeiros destinados ao investimento na prospeção de novos campos e ao desenvolvimento de outros projetos;
- Infra-estrutura inadequada para a prestação de serviços;
- Retração progressiva do mercado de exportação de gás para a Argentina (necessidade de diversificação);
- Colapso do sistema de prestação de serviços organizado a partir de empresas estatais.

5.3. Reforma Regulatória

Em 1997, a onda de privatizações das empresas estruturais na América Latina fez da YPFB, uma empresa repartida, já que a maioria das suas ações foi capitalizada e o restante ficou a cargo da própria YPFB. Houve a entrada de empresas internacionais no mercado boliviano, dentre elas a Petrobras que contribuíram para colocar a Bolívia no cenário mundial de produção, principalmente, de gás natural.

Os objetivos e idéias impulsionadores da transformação do setor de hidrocarbonetos passavam diretamente pela defasagem tecnológica que a YPFB estava em relação às empresas internacionais.

Dentro deste sistema, o Estado cedeu 50% da sua participação acionária e do controle administrativo das suas empresas estatais a investidores estrangeiros, em troca de compromissos efetivos de investimentos. Estes compromissos totalizavam, aproximadamente, US\$ 1,7 bilhão, os quais deveriam ser investidos nas empresas durante um período de sete anos. Desse total, US\$ 835 milhões pertenciam ao setor de hidrocarbonetos. Os outros 50% das ações foram transferidos para os Fundos de Pensão privados (45%), enquanto que os 5% restantes foram distribuídos entre os funcionários das empresas.

O sistema de capitalização diferenciava-se dos outros métodos de privatização nos aspectos indicados a seguir:

- O Governo não vendeu o total das empresas públicas, criando empresas de capital misto (ECM), nas quais o capital privado contribuía com 50% dos investimentos de capital;
- A contribuição dos sócios privados aumentou significativamente o valor das ECMs;
- O investimento estrangeiro deveria ser usado para expandir a capacidade de produção e o estoque de capital das empresas, e não solucionar problemas de déficit fiscal.

Como a Lei de Capitalização foi promulgada em função da estagnação no modelo de desenvolvimento em vigor, da pobreza que afetava o país e da necessidade de investimentos no setor, seus principais objetivos gerais, devem ser mencionados:

- Dar impulso à transformação econômica através da atração maciça de investimento privado;
- Acelerar a criação de postos de trabalho e melhorar as receitas da população;
- Garantir a eficiência e a modernização de áreas produtivas e de serviços;
- Criar um sistema de poupança em longo prazo.

Setorizando a Lei de Capitalização para o setor petrolífero, em particular, foi gerado um novo marco legal através da aprovação da Lei de Hidrocarbonetos e da Lei SIRESE (Sistema de Regulamentação Setorial), cujos principais objetivos foram:

- Redefinir o papel do Estado através da transferência de participações da YPFB ao setor privado e aos cidadãos bolivianos;
- Reforçar o novo papel subsidiário do Estado como fiscalizador e regulador;
- Maximizar o investimento privado no setor;
- Reforçar o papel de protagonista do setor privado para a execução, financiamento e operação dos projetos energéticos;
- Promover a competência, a eficiência e reforçar a desregulamentação no setor de hidrocarbonetos;
- Proteger o consumidor e o meio ambiente através de regulamentações setoriais.

Cabe destacar ainda que em virtude da Reforma e das projeções de desenvolvimento do setor (em especial do gás), o setor energético deveria ser a “locomotiva do desenvolvimento”, *slogan* utilizado durante o período de capitalização do setor de hidrocarbonetos.

Nos termos da Lei dos Hidrocarbonetos, o governo privatizou a YPFB, segmentando-a em diversas unidades de negócio: duas companhias de produção (Chaco e

Andina), uma empresa de Transporte de Gás (Transredes), um negócio de refino e diversas companhias de serviços.

As empresas do *upstream* foram privatizadas em 1998: a Amoco, representando a British Petroleum (BP), adquiriu 50% da Chaco e fundos de pensão bolivianos e os funcionários adquiriram o restante enquanto a Repsol-YPF, a Pérez Companc e a Pluspetrol formaram um consórcio que adquiriu 50% da Andina. Além disso, também em 1997, um consórcio formado pela Enron e *Shell Gas* adquiriu 50% da empresa transportadora Transredes para, em 1998, a Petrobras e a Pérez Companc, através de uma empresa *joint venture* denominada *Empresa Boliviana de Refinación*, adquiriram duas grandes refinarias: Gualberto Villarroel e Guillermo Elder Bell.

É importante ressaltar que, ao fim de 1999, os investidores estrangeiros já tinham investido um total de US\$ 1,2 bilhão nas empresas do *upstream* e nas transportadoras (Andina, Chaco e Transredes), ou seja, 45% além dos fundos comprometidos no momento da privatização.

Para promover o investimento estrangeiro no setor energético, o governo boliviano promulgou a denominada “Lei Coração”, na qual removeu as restrições para este tipo de investimento. Esta lei, em combinação com outra que criava isenções para projetos de exportação de energia, incentivava as empresas geradoras a exportarem. Além disso, foi determinada a eliminação de controles de câmbio e de restrições aos movimentos de capitais das empresas atuantes no setor.

A estrutura do setor de gás natural na Bolívia seguia de acordo com o mostrado na figura X, na qual se divide entre os diversos processos da cadeia e seus principais compradores:

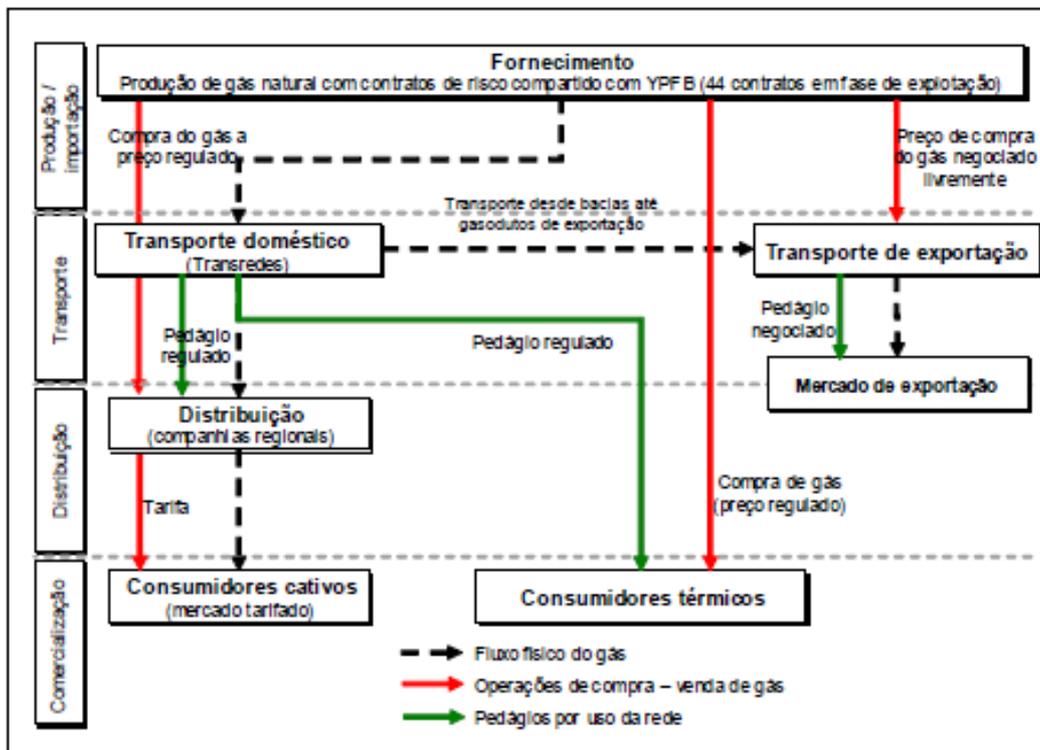


Figura 9 – Estrutura do Setor de Gás Natural durante a Reforma.

A partir de 1997, nos termos da Lei de Hidrocarbonetos, o governo iniciou as licitações das áreas de prospecção e produção de hidrocarbonetos. A YPF B era a encarregada dos processos de licitações das áreas, assinando os contratos de risco compartilhado com as empresas adjudicadas e assumindo a supervisão dos referidos contratos, como acontece com a ANP hoje no Brasil. Este processo permitiu a entrada de importantes agentes no upstream, possibilitando, no fim dos anos 90, a descoberta de significativos volumes de reservas de gás.

Até 2005, os resultados obtidos após a Reforma Regulatória de 1997 geravam grandes investimentos e a colocação da Bolívia entre os principais atores mundiais de exploração e produção de gás natural, garantindo grande influência sobre a política energética dos dois principais países da região: Brasil e Argentina.

Foram realizados grandes investimentos privados nas atividades de E&P. Tais investimentos geraram um rápido e significativo aumento das reservas de gás natural, até transformá-las nas segundas, em ordem de grandeza, da América do Sul, depois da

Venezuela. Durante o período 1997/2003, as reservas provadas aumentaram de 3,8 para 27,4 trilhões de pés cúbicos (BP, 2006), reserva essa que representou o maior índice de reserva provada na história da Bolívia.

O setor de hidrocarbonetos atraiu aproximadamente US\$ 3,3 bilhões em investimentos estrangeiros diretos, impulsionados pelos processos de capitalização e transformação. Na Figura 10, tal valor pode ser comparado com o valor investido no período de 1990 – 1996, podendo-se concluir que o nível de investimentos no setor aumentou seis vezes.

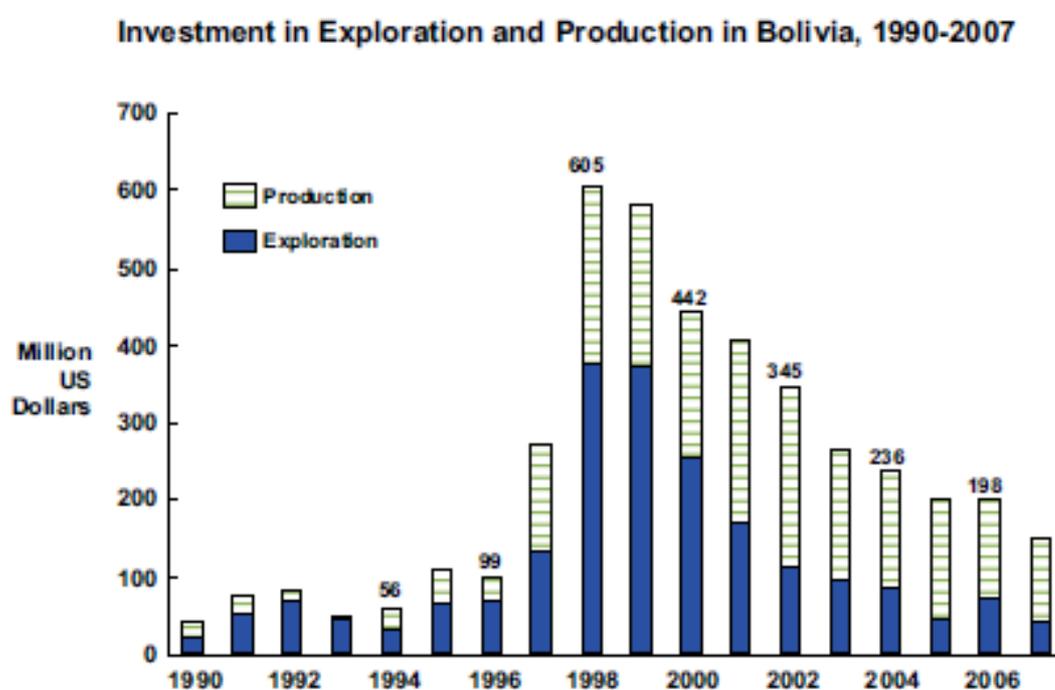


Figura 10 – Investimentos no Setor de hidrocarbonetos

Vale ressaltar que a participação do Investimento Estrangeiro Direto (IED) no setor de hidrocarbonetos sobre o total de IED no país representava 13% em 1996, passando a representar 42%, em 2002. Este aumento do fluxo de capital acelerou o investimento no setor de hidrocarbonetos, aumentando a taxa de crescimento do setor e fortalecendo assim, a atividade econômica do país.

5.4. Terceira Nacionalização

Em maio de 2006, o presidente populista Evo Morales decidiu criar o Decreto Supremo 28701 de nacionalização no qual revisou os contratos firmados com as empresas petrolíferas internacionais e aumentou o porcentual de impostos pagos ao governo, impactando diretamente no abastecimento dos países vizinhos interligados à Bolívia pela sua rede de gasodutos conforme pode ser visto na figura 11.

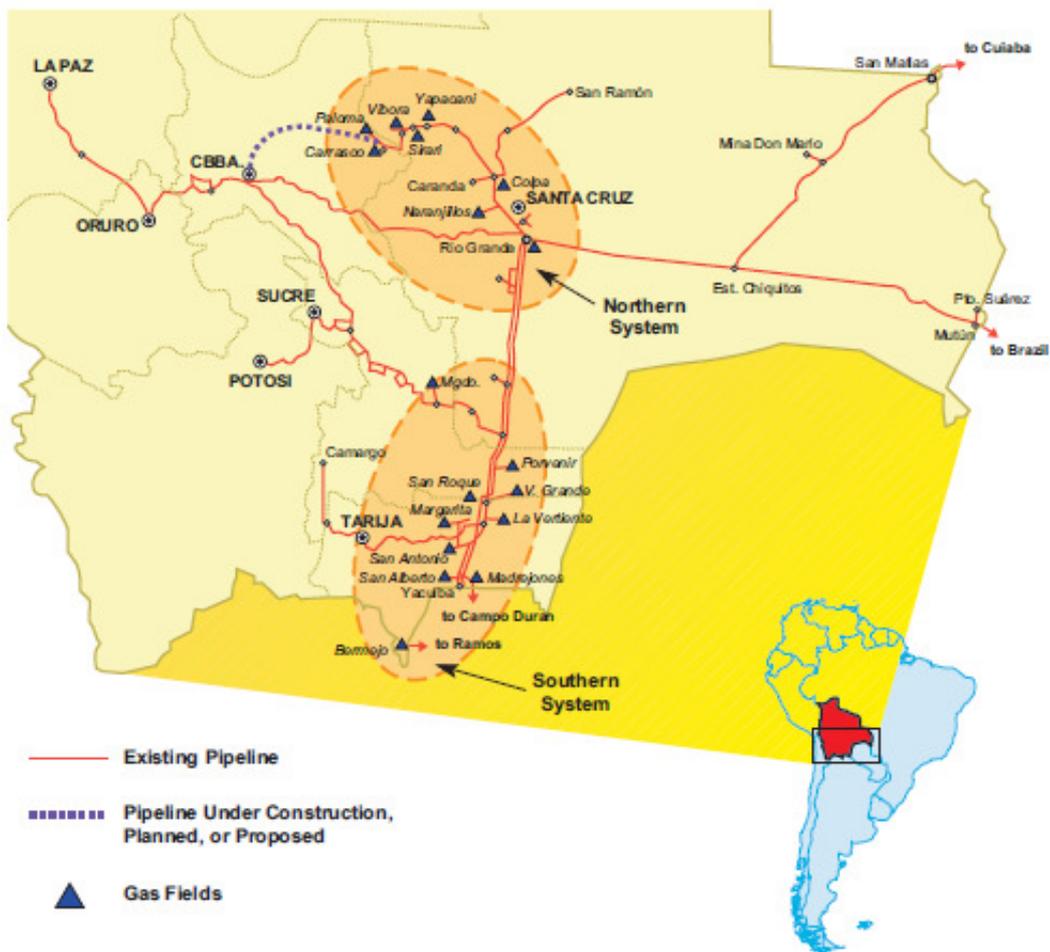


Figura 11 – Produção e Transporte de Gás Natural na Bolívia (Fonte: CERA)

O setor vem garantindo cada vez mais valor na matriz econômica do país. Em 2004, o setor de petróleo e derivados correspondia a apenas 5% do PIB nacional enquanto que em

2007 alcançou 16,2%. Somente no primeiro semestre de 2007, o investimento aumentou em US\$1 bilhão, aproximadamente 26% maior que no mesmo período do ano anterior.

6. POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO

Em 1º de maio de 2006, dia internacional do trabalho, o presidente da Bolívia, Evo Morales, decretou a nacionalização de todo o setor de hidrocarbonetos daquele país. A medida causou desconforto nas relações entre vários países, principalmente o Brasil, cuja Petrobras responde por 18% do PIB e é a maior empresa com capacidade instalada no país.

Além do Brasil, Canadá, Coréia do Sul, Espanha, Argentina e Reino Unido tinham petrolíferas operando na Bolívia e tiveram os contratos de concessão para a exploração de Gás Natural cancelados (Wertheim, 2006). As plantas industriais destas empresas passaram a ser administradas única e exclusivamente pela YPFB.

A decisão do governo boliviano em nacionalizar os hidrocarbonetos, apesar de esperada, foi decidida e anunciada rapidamente, pegando de surpresa as empresas operadoras no país. Um dos fatores que contribuíram para uma ágil ação do Estado foi a queda da popularidade de Evo Morales em uma pesquisa de opinião pública em abril, que declinou 12% em apenas três meses como presidente, principalmente entre os seus partidários mais radicais. O fato em si não foi preponderante para uma tomada de decisão mais enérgica, principalmente porque sua popularidade continuava alta (68%), mas foi um indício de que nas eleições para a Assembléia Constituinte, marcada para o dia 2 de julho, a situação poderia sofrer surpresas desagradáveis.

Outra causa foi a pressão de grandes exportadores de produtos primários ao governo, criticando a decisão de não assinar com os Estados Unidos o Acordo de Livre Comércio, previamente assinados pelos vizinhos Colômbia e Peru, que permitia o livre comércio de artigos primários, principalmente a soja. Dessa forma as exportações de soja e seus derivados, principalmente para o mercado colombiano, foram afetadas diretamente, deixando de ganhar aproximadamente US\$ 350 milhões, prejudicando a força e a influência do departamento de Santa Cruz em toda a Bolívia. É importante salientar que a exportação de soja e derivados correspondia a segunda maior commodity, perdendo apenas para o gás

natural e seus derivados, com praticamente 1.3 bilhão de dólares (48% do total exportado no ano de 2005).

Dessa forma, Morales prosseguiu com as atitudes do presidente venezuelano Hugo Chávez que retirou a Venezuela do CAN (*Comunidad Andina de Naciones*), formado por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, e anunciou que considerava como traidores da causa andina os presidentes Alvaro Uribe, da Colômbia, e Alejandro Toledo, do Peru, se isolando politicamente de antigos aliados comerciais.

Sendo assim, restou à política externa boliviana, aproximar-se dos regimes mais radicais do continente como Venezuela e Equador. A nacionalização dos hidrocarbonetos pode ser interpretada como a primeira ação do governo boliviano em radicalizar sua política econômica, baseando-se na exportação do principal bem exportador do país.

6.1. Decreto Supremo 28701

O Decreto Supremo 28701 foi o início para as medidas nacionalistas bolivianas, após a eleição de Evo Morales e nela, fica evidente que as empresas internacionais devem se retirar do país ou aceitar a permanência como prestadoras de serviços à YPFB. Assinado em 1º de maio de 2006, o acordo comemorou dois anos com a total propriedade dos recursos naturais no país, após o anúncio de nacionalização das empresas Andina, Chaco, Transredes e Companhia Logística de Hidrocarburos Boliviana (CLHB) e de suas posses. Dessa forma, a YPFB, representando o governo boliviano, tem plenas propriedades sobre todos os processos da cadeia produtiva do petróleo e do gás natural, seja na exploração, produção, transporte e armazenamento.

O Decreto Supremo conta, no total, com nove artigos e, de forma resumida e objetiva, são descritas a seguir:

- *Artigo 01: Nacionalização total e absoluta por parte do Estado dos recursos naturais de hidrocarbonetos da Bolívia;*
- *Artigo 02: As empresas petrolíferas que realizavam atividades de produção de gás natural e petróleo em território boliviano foram obrigadas a entregar toda*

sua produção à YPFB. Além disso, a estatal boliviana teria a propriedade de todos os hidrocarbonetos produzidos no país além de sua comercialização, definindo as condições de volume e preço tanto para o mercado interno como para exportação e industrialização;

- *Artigo 03: A tomada das plantas de operação por parte da YPFB de toda e qualquer companhia que se negue a aceitar a nacionalização de suas propriedades em um prazo estabelecido de 180 dias desde a promulgação do Decreto;*
- *Artigo 04: Durante a transição regulatória, para os campos que em 2005 a produção ultrapassara 100 milhões de pés cúbicos diários, o valor agregado da produção se dividiria entre o Estado (82%, incluindo 18% de prêmios e participações, 32% de Imposto Direto aos Hidrocarbonetos e 32% para uma parcela adicional à YPFB) e a companhia produtora (18%, para amortizar o custo de operação, investimentos e utilitários);*
- *Artigo 05: O Estado toma controle sobre a produção, transporte, refino, distribuição, comercialização e industrialização dos hidrocarbonetos do país;*
- *Artigo 06: A transferência gratuita das ações dos cidadãos bolivianos que formavam o Fundo de Capitalização Coletiva das empresas petrolíferas Chaco, Andina e Transredes para a YPFB;*
- *Artigo 07: Nacionalização de ações para que a YPFB tenha 50% mais uma ação das empresas produtoras de petróleo no território boliviano;*
- *Artigo 08: Em 60 dias a partir da promulgação do decreto supremo, haverá o processo de re-fundação e reestruturação da integral da YPFB, transformando-a em uma empresa corporativa, transparente e eficiente;*
- *Artigo 09: A tudo que seja contrário ao presente Decreto, se seguiriam aplicadas as mesmas leis e normas vigentes na época, sendo então, modificados de acordo com a lei.*

6.2. Conseqüências Iniciais após a Nacionalização

Apesar do entusiasmo inicial com a execução do Decreto Supremo, o ambiente regulatório boliviano permanecia incerto quanto à atratividade e segurança para os investimentos internacionais. Dessa forma, a continuidade das operações das companhias já atuantes na Bolívia ainda permanecia definida, esperando, principalmente, o resultado das negociações com o governo boliviano para seguir com suas estratégias.

Como o ambiente político permanecia sobre alta tensão, a oposição de Evo começou a agir, acusando a situação e de ratificar, no congresso, 44 contratos durante o período em que a oposição estava ausente. Esta, por sinal, questionou a validade da sessão, na qual foram aprovados os contratos com as companhias internacionais de petróleo e entrou na justiça pedindo anulação desses contratos. Pela constituição boliviana, qualquer proposta ou modificação de um contrato individual precisa de validação entre os três poderes: executivo, legislativo e da própria companhia, que tem direito de requerer suas vantagens.

A Lei 3058, conhecida como a Lei dos Hidrocarbonetos, complicou ainda mais a situação contra o governo uma vez que diferentes interpretações deixavam margem para que as companhias de petróleo permanecessem ainda mais expostas aos interesses do governo local, mas com um maior risco sobre os investimentos a serem feitos em exploração, produção e infra-estrutura.

O Brasil permanecia atento às constantes crises e problemas políticos do país, mas logo tratou de responder à nacionalização de suas propriedades. A Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural, em conjunto com a ANP, divulgaram nota oficial em maio de 2006, em resposta ao Decreto Supremo 28701 questionando, mas aceitando a validade do mesmo, conforme descrito abaixo:

“Segundo a estatal brasileira, faz-se essencial, ainda, a modificação do artigo 8º da Ley nº 1.330/92 (Ley de Privatización), o qual proíbe que as empresas públicas bolivianas adquiram ativos, valores e outros direitos de companhias transferidas ao setor privado ao amparo desta norma.

Igualmente, em que pese o fato de a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos ser dotada de legitimidade, respaldando-se na Constituição nacional, há que se examinar o artigo 22 desta Carta Magna, que assim dispõe:

“Art. 22.

I. Se garantiza la propiedad privada siempre que el uso que se haga de ella no sea perjudicial al interés colectivo.

II. La expropiación se impone por causa de utilidad pública o cuando la propiedad no cumple una función social, calificada conforme a Ley y previa indemnización justa.”

Depreende-se do dispositivo constitucional acima transcrito que a nacionalização é válida, desde que indenizada prévia e justamente, sob pena da ação ora apreciada configurar-se como expropriação ilegal dos ativos das companhias envolvidas.

Outro aspecto relevante a ser contemplado atine ao aumento de 50% para 82% da tributação incidente sobre os campos cujas quantidades produzidas, em 2005, tenham excedido a 100 milhões de pés cúbicos diários, por meio da criação de uma participação adicional de 32% destinada ao fortalecimento da YPFB.

Ao estabelecer tal medida, o ato normativo em comento acabou por penalizar a PETROBRAS, a qual opera os dois principais campos bolivianos. No que tange à aludida prescrição, é mister destacar que há, na própria Bolívia, uma discussão em torno de sua legalidade. A corrente contrária à nova regra sustenta que impostos adicionais não podem ser implementados por decreto, mas por lei que passe por todos os trâmites legislativos constitucionalmente preconizados.

(...)

Não obstante, embora haja a intenção explícita do governo boliviano de rever o contrato e seus aditivos firmados entre a YPFB e a PETROBRAS, procedendo à elevação dos preços do gás adquirido por esta última companhia, é necessário atentar-se para o

fato de que tais instrumentos jurídicos foram celebrados com base em tratados internacionais ratificados pelos Congressos da Bolívia e do Brasil.

Por conseguinte, à luz da legitimidade conferida pelos dois países a estes tratados, a estatal petrolífera brasileira defende a impossibilidade de alterações unilaterais no que concerne ao contrato que rege as exportações de gás boliviano para o Brasil.

Conforme consta deste próprio documento, todas as modificações pretendidas por quaisquer das partes signatárias devem ser negociadas entre elas e, caso não se obtenha uma solução satisfatória a ambas, a questão deverá ser submetida ao julgamento exclusivo da American Arbitration Association of New York, sendo aplicado seu Regulamento sobre Arbitragem Internacional”. (JRS/MCM/GBC, 2006)

Dessa forma, apesar da aceitação do processo de nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, o governo brasileiro questionou o método e os artigos impostos pelo Decreto, considerados abusivos. Em curto prazo, o governo brasileiro começou a desenvolver planos de contingência para um possível desabastecimento de gás, assim como forçar uma renegociação das cláusulas contratuais impostas. Para longo prazo, o país começou a estudar a entrada na rota de GNL, conforme será visto posteriormente.

7. CONSEQUÊNCIAS AO BRASIL

7.1. Acordos Comerciais entre Brasil e Bolívia no Setor de Petróleo e Gás Natural

Alguns acordos, conforme pode ser visto na tabela 3, foram feitos em comunhão entre os países de forma a haver uma cooperação mútua sobre o suprimento de petróleo e gás natural nos países, de acordo com o relatório do Ministério Minas e Energia.

Ano	Propósito do Acordo	Descrição
1938	Tratado sobre a saída e aproveitamento de	Estabelecimento de uma mútua cooperação, com estudos topográficos e geológicos, de custos compartilhados, para

	petróleo boliviano	estimativas de reservas bolivianas e essas despesas seriam reembolsadas através dos benefícios oriundos da exploração desse óleo.
1978	Acordo para representação da YPFB no Brasil	Instalação e funcionamento de um escritório da YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) no Rio de Janeiro.
1993	Acordo de compra e venda de gás boliviano	Acordo entre governos, sob os nomes de Petrobras e YPFB, para o fornecimento de gás natural boliviano ao Brasil no volume inicial de 8 milhões m ³ /dia até alcançar 16 milhões m ³ /dia.
1996	Acordo para isenção de impostos	Estabelecia isenção de impostos relacionados à instalação do projeto do Gasoduto Brasil-Bolívia, de modo a dar livre acesso ao transporte de máquinas, equipamentos e pessoas.
1997	Contrato de Construção e Montagem do Gasoduto Brasil-Bolívia	Acordava sobre o início da construção do Gasoduto que liga Santa Cruz de a Porto Alegre (RS), passando pelo centro-oeste e sudeste brasileiro e se ligando ao gasoduto já existente entre Campos (RJ) e Santos (SP).
1999	Contrato de compra das refinarias bolivianas	A Petrobras passa a ser acionista majoritária de duas refinarias e alguns campos de produção na Bolívia.

Tabela 3 – Histórico de Acordos entre Brasil e Bolívia no setor de petróleo e derivados

7.2. Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol)

O projeto do gasoduto Bolívia-Brasil estava presente em vários momentos, principalmente após a entrada da Petrobras na Bolívia. Contudo, ao requerer vultosos investimentos, não se tornava viável economicamente.

Durante este período de negociações, a Bolívia passou a exportar gás para a Argentina. Entretanto, com o aumento significativo das reservas de gás natural na Argentina, ocorrido a partir do final dos anos 70, o país tornou-se auto-suficiente em gás, reduzindo, em 1992, a zero as importações da Bolívia de gás (WATKINGS, 2006). Em virtude dessa mudança nas relações Bolívia-Argentina, as negociações entre Brasil e Bolívia começaram a tomar novo rumo.

A importação de gás da Bolívia apresentou-se como a melhor alternativa entre as opções consideradas para aumentar a oferta de gás no país, considerando-se, também, aspectos de política externa do Brasil e a possibilidade de integração futura com os campos produtores de gás da Argentina e do Peru.

O gasoduto Bolívia-Brasil tem seu marco inicial na Carta de Intenções sobre o Processo de Integração Energética entre Bolívia e Brasil, assinado em 17 de fevereiro de 1993. O contrato estaria em vigor desde sua assinatura apesar de diversos aditivos ao contrato terem sido assinados prorrogando prazos e, também, alterando o volume negociado. Dessa forma, somente em julho de 1997, com esquema de financiamento já equacionado, foram assinados os contratos de construção e montagem do gasoduto.

A base do Projeto do gasoduto é o contrato de compra e venda entre YPFB e Petrobras, no qual a YPFB se compromete a vender e a Petrobras a comprar, em regime de take-or-pay. Ainda no contrato, a YPFB concede a Petrobras uma opção de compra, com preferência sobre terceiros, de quantidades adicionais de gás, provenientes ou não de novas descobertas bolivianas, desde que tais quantidades estejam disponíveis e não sejam necessárias para atender à demanda do mercado doméstico boliviano. Cláusula essa utilizada recentemente pela Petrobrás para aumentar a importação de gás boliviano até 30 milhões m³/dia, impedindo que uma parcela fosse usada para abastecer o mercado argentino.

O Gasoduto Bolívia-Brasil é o maior da rede de transporte operante no país e tem uma extensão de 3.150 quilômetros (567 km em solo boliviano e 2.583 km em solo brasileiro) e liga Santa Cruz de La Sierra (Bolívia) a Porto Alegre (Estado do Rio Grande do Sul – Brasil), possuindo uma capacidade de transporte de até 30 milhões m³/dia. O projeto contou ainda o apoio de empresas estrangeiras e financiamentos externos chegando a um investimento total de US\$ 2 bilhões, sendo somente 12,5% desse montante investido na Bolívia.

A infra-estrutura de dutos - de 32 a 16 polegadas - é formada por dois trechos: o **Trecho Norte**, que liga Corumbá (MS) a Guararema (SP) e o **Trecho Sul**, que liga Campinas (SP) a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), localizada em Canoas (RS).



Figura 12 – Mapa Esquemático da trajetória do Gasoduto Brasil - Bolívia

Sua operação é realizada pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A – TBG, constituída em 1997, com a finalidade principal de atuar no transporte de gás natural proveniente da Bolívia. A empresa nasceu de uma associação entre Petrobras, através da subsidiária Petrobras Gás S.A – Gaspetro, e outras importantes empresas no setor de energia, com uma estrutura acionária composta com diferentes participações, como se pode ver na tabela 4 a seguir.

TBG		GTB	
%	Sócios	%	
51	Gaspetro	9	
29	BBPP Holdings LTDA	6	
7	Enron	30	
7	Shell	30	
6	Fundos Pensão Bolivianos	25	

Tabela 4 – Estrutura Acionária das companhias operadoras do transporte.

Há ainda o Gasoduto Lateral Cuiabá, que começou sua operação em agosto de 2001 possui 267 km de extensão e liga o trecho boliviano do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL) a Cuiabá, no estado do Mato Grosso, passando por San Matias (Bolívia) e, no Brasil, pelas cidades de Cáceres (MT), Nossa Senhora do Livramento (MT), Poconé (MT) e Várzea Grande (MT). Seu diâmetro é de 18 polegadas e a capacidade de transporte de 2,8 milhões m³/dia. Todo o gás natural transportado por este gasoduto é destinado à UTE Cuiabá I.

Quanto ao início das atividades deste empreendimento, este passou a operar, em agosto de 1999, no Trecho Norte - de Corumbá (MS) a Guararema (SP). A entrega do gás natural foi feita, neste período, nos pontos de entrega de Paulínia e Guararema, ambos em São Paulo. No entanto, com a inauguração do Trecho Sul, em março de 2000, o gasoduto entrou em operação plena, desde o Centro-Oeste até o Sul do Brasil, iniciando o transporte de gás natural para os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além disto, no que diz respeito à operação e monitoramento do gasoduto, estes são feitos a distância, através de satélite, pela Central de Supervisão e Controle da TBG, no Rio de Janeiro. A Central recebe informações por satélite sobre as condições operacionais do gasoduto e, pela mesma via, executa os comandos necessários a operação. Já quanto à coordenação das equipes de apoio no campo, existem três divisões regionais localizadas em Campo Grande/MS, Campinas/SP e Florianópolis/SC para tal fim.

Sob estas condições, desde março de 1999, a Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural - SCM recebe diariamente o Relatório Gerencial da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S. A. (TBG). Verifica-se que, atualmente, operam no Gasoduto Bolívia-Brasil quarenta e duas Estações de Entrega: EE Corumbá, EE Campo Grande, EE Três Lagoas e EE UTE Três Lagoas (MS); EE Araçatuba (Bilac), EE Araraquara (Boa Esperança do Sul), EE São Carlos, EE Rio Claro, EE Limeira, EE Americana, EE Replan, EE Jaguariúna, EE Itatiba, EE Guararema, EMED-Guararema, EE Gemini, EE Sumaré, EE Campinas, EE Indaiatuba, EE Itu, EE Porto Feliz e EE Tatuí (Araçoaiba da Serra) (SP); EE Campo Largo, EE Araucária CIC, EE UTE Araucária e EE Repar (PR); EE Joinville, EE Guaramirim, EE Blumenau/Gaspar, EE Brusque, EE Tijucas, EE São José (São P. Alcântara), EE Tubarão, EE Cocal do Sul (Urussanga) e EE Nova Veneza (SC) EE Várzea do Cedro, EE Igrejinha, EE Araricá, EE Cachoeirinha, EE Refap, EE UTE Canoas e EE Canoas (RS) (ANP, Julho 2008).

7.3. Privatização das Refinarias Bolivianas

A partir de dezembro de 1999, os parques de refinarias passaram a ser administrados pela Empresa Boliviana de Refinación S.A., cuja sócia majoritária, a Petrobras Bolívia, atuava como sócia-operadora, após o pagamento do montante de US\$ 104 milhões pelos dois complexos.

A Refinaria Guillermo Elder Bell, localizado em Santa Cruz de la Sierra, entrou em operação em 1978 com uma capacidade instalada de 20 mil bbl/dia, produzindo gasolinas automotivas, combustíveis de aviação e óleo diesel.

Já a Refinaria Gualberto Vilarroel, localizada em Cochabamba, teve início em 1949 com capacidade para 6.500 bbl/dia. Hoje produz a 40.000 bbl/dia, distribuídos em gasolinas automotivas, óleo diesel e em geral, graxas, parafinas, lubrificantes e produtos para asfalto.

7.4. Acordo entre Petrobras e YPFB

Criada no final de 1995, a subsidiária Petrobras Bolívia iniciou suas operações efetivamente em meados de 1996, tornando-se a maior empresa do país. Os investimentos totais em domínio boliviano alcançaram quase US\$ 1 bilhão no período 1996-2006. Dessa forma, a estatal brasileira passou a ser a maior contribuinte para as contas públicas da Bolívia, chegando a 18% do PIB boliviano, 20% em investimentos diretos e 24% da arrecadação total de impostos, de acordo com a própria Petrobras (BARNEDA, 2006).

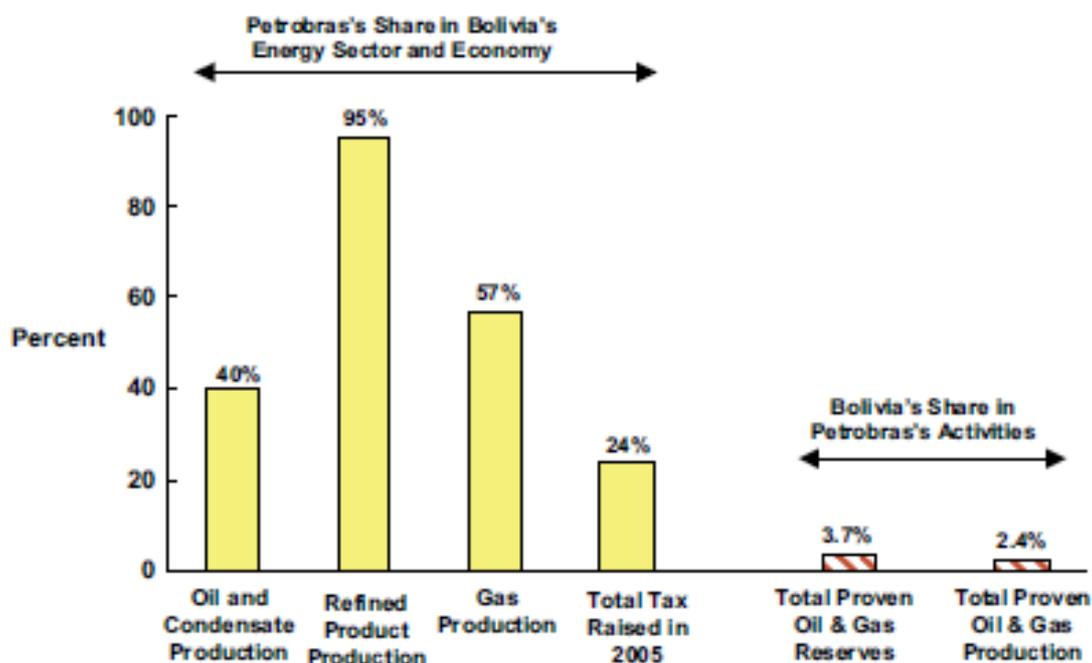


Figura 13 – Participação da Petrobras na Indústria de GN boliviana (Fonte: CERA)

Além da exportação do gás natural pelo Gasbol, a Petrobras iniciou ações de exploração do campo de San Alberto. A partir dessas iniciativas, passou a operar em toda a cadeia produtiva e comercial do gás (exploração, produção, comercialização, transporte por dutos, processamento e refino do gás natural). No setor de distribuição, a empresa abastecia a totalidade da demanda da Bolívia de gasolinas especial e Premium, além da gasolina de aviação e querosene, sendo, responsável, também, por mais de 60% da demanda de óleo diesel. A Petrobras Bolívia, portanto, se consolidava como a líder do mercado de

combustíveis no país. Após a compra das refinarias pelo governo local, a estatal boliviana passou a ser total proprietária das ações e de seus ativos, além do fornecimento de derivados de petróleo no país.

Para controlar a crise instaurada entre os dois países após a nacionalização dos recursos naturais bolivianos, a Petrobras usou de diplomacia com a YPFB para que houvesse uma negociação dos acordos primários, já que a empresa brasileira correspondia com 24% da arrecadação tributária nacional.

No dia 28 de outubro de 2006, portanto, as duas empresas assinaram um acordo para que a Petrobras, naquele momento, não atuasse somente como prestadora de serviços, mas como operadora e tendo responsabilidade pelo desenvolvimento do setor no país.

Algumas cláusulas foram alteradas, após a nacionalização pelo Decreto Supremo 28701, tornando esse Contrato de Produção Compartilhada diferente do assinado anteriormente entre a Bolívia e os outros países (AZEVEDO, 2006). Suas principais características são: (a) Execução de todas as operações petroleiras por sua conta e risco; (b) Recebimento diretamente na conta de um retorno financeiro definido em função da recuperação de custos, preços, volumes e investimentos, invalidando, portanto, um contrato de prestação de serviços. Vale notar ainda que o contrato assinado pela Petrobras e a YPFB, representando os interesses do governo boliviano, em outubro de 2006, só estava relacionado, às atividades de exploração e produção de gás natural.

A Petrobras ainda mantém a responsabilidade pelas operações dos blocos San Alberto (cuja produção bateu recorde absoluto de produção no dia 5 de dezembro de 2006 ao alcançar 12,5 milhões de metros cúbicos de gás natural e 10,2 mil barris de petróleo), Rio Hondo, Ingre e Irenda, a propriedade de seus ativos e o direito às reservas a serem contabilizadas pela Companhia. Os contratos, ainda sujeitos à aprovação do Congresso Nacional, terão validade de 30 anos.

Para a solução de eventuais conflitos de interesses entre as empresas, o Tratado de Proteção de Investimentos Estrangeiros delega a arbitragem ao poder judiciário da Bolívia, conforme as regras e procedimentos impostos pela Câmara de Comércio Internacional (CCI).

A Petrobras, com esse novo acordo, perdeu a propriedade sobre os hidrocarbonetos produzidos em seus campos, mas, em contra partida, manteve os acordos de fornecimento

de gás natural ao Brasil, já que esses campos bolivianos correspondem a grande parte do volume utilizado em território brasileiro, além de manter a posição estratégica na Bolívia e na América do Sul, como a maior empresa de sede na América Latina operando no país (RANGEL, 2006)

A seguir, a tabela 5 compara os contratos de risco firmados com a Petrobras.

Atividades	Contrato de Risco Compartilhado	Contrato de Operação (NOVO)
Operador:	Petrobras SA	Petrobras SA
Comercialização:	<ul style="list-style-type: none"> Através da YPFB na exportação de gás para Argentina e Brasil; Direta em outros casos. 	<ul style="list-style-type: none"> Através da YPFB.
Remuneração:	Recebimento de todas as receitas pela Petrobras, cobrindo todas as despesas e tributações.	<ul style="list-style-type: none"> <u>Petrobras</u>: parcela correspondente aos custos, depreciações e lucro; <u>YPFB</u>: parcela correspondente à sua participação em transporte, impostos e comercialização.
Propriedade dos hidrocarbonetos	Petrobras SA	YPFB
Propriedade dos ativos:	Petrobras e, após o contrato, YPFB;	<ul style="list-style-type: none"> <u>Existentes</u>: Petrobras e, após o contrato, YPFB; <u>Futuros</u>: YPFB
Contabilização de reservas:	Permitida	Permitida

Fiscalização	Autoridades com poder de aprovar projetos de desenvolvimento, contratos de exportação e volumes, prevalecendo o controle de preços pelo mercado interno.	Ampliação do nível de controle com a YPFB tendo o poder de aprovação de planos de trabalho, custos recuperáveis e processos licitatórios.
---------------------	--	---

Tabela 5 – Contrato Novo e Antigo da Bolívia com a Petrobras

Fonte: Elaboração dos autores a partir de AZEVEDO, 2006.

Apesar da perda na participação efetiva dos lucros, mantém uma rentabilidade superior a 15%, garantindo o financiamento de suas operações, além de obter certo lucro, superior ao custo de capital.

7.5. Contrato de venda das refinarias

O Decreto Supremo 28701 de 2006, estava relacionado às atividades de exploração e produção de gás natural. Entretanto o governo boliviano estendeu sua atuação para a compra das duas maiores refinarias bolivianas, pertencentes à Petrobras. O governo boliviano ofereceu 60 milhões de dólares pelas duas, enquanto a empresa brasileira exigia 200 milhões de dólares.

A venda foi fechada entre as duas empresas em maio de 2007, em 112 milhões de dólares, valor intermediário entre os pedidos pelas duas partes, apesar de ser bem abaixo do valor de mercado, uma vez que em 1999, a Petrobras pagou 104 milhões de dólares e ainda investiu cerca de US\$ 30 milhões para melhorar a capacidade de refino das mesmas. Valor este considerado pequeno pela YPFB que planeja investir US\$ 99 milhões nos próximos três anos. A negociação foi facilitada por uma tentativa do governo brasileiro de diminuir o desgaste já existente entre os dois países.

7.6. Contrato de atualização de preços

Diante da crise no abastecimento de gás natural no país e preocupado com o desabastecimento dos vizinhos Argentina e Chile, o Brasil manteve sua posição firme

quanto à manutenção dos valores acordados de abastecimento do produto às refinarias nacionais evitando que uma fatia da produção boliviana seja desviada para atender as necessidades da Argentina, principalmente. Isso porque, em outubro de 2007, a Usina termelétrica Governador Mário Covas, em Cuiabá, Mato Grosso, sofreu um desabastecimento em decorrência da não entrega do gás boliviano, obrigando a compra de diesel oriundo da Usina de Paulínia, São Paulo, para manter-se em operação.

É importante aqui ressaltar a importância do gás boliviano na matriz de abastecimento nos estados brasileiros conforme se vê na Tabela 6. O estado do Mato Grosso é o mais preocupante, pois sua única fonte do produto é através do braço estendido a partir do Gasoduto Brasil-Bolívia até Cuiabá. Por isso, foi acordado que por US\$ 4,20 por milhão de BTU, a Bolívia irá abastecer a termelétrica Governador Mário Covas com 1.1 milhão de m³/dia até 2009 e 2.2 milhão de m³/dia a partir de 2010. Vale aqui ressaltar que o preço anterior do gás para a usina era de US\$ 1,19 por milhão de BTU, originando, a partir de então, um aumento de US\$ 68 milhões por ano à Bolívia.

ESTADO	%
São Paulo	75
Rio Grande do Sul	100
Paraná	100
Santa Catarina	100
Mato Grosso do Sul	100
Mato Grosso	100

Tabela 6 – Participação do Gás boliviano no consumo de gás nos estados brasileiros

Apesar de decidido, em fevereiro de 2007, que não haveria alteração de volumes ou na fórmula do preço de compra do gás natural da Bolívia, a Petrobras aceitou pagar à YPF, a preços vigentes no mercado internacional, pelas frações de hidrocarbonetos líquidos (etano, butano, propano e gasolina natural) presentes no gás natural efetivamente

entregue que elevam seu poder calorífico para valores acima de 8.900 quilocalorias (kcal) por m³, equivalentes a 1.000 BTU por pé cúbico. A YPFB assegurará a manutenção do poder calorífico mínimo de 9.200 kcal/m³, e a Petrobras estudará a melhor forma de aproveitar no futuro estes componentes mais nobres do gás.

Em função disso, o governo boliviano passou a pressionar por aumentos trimestrais do preço do gás boliviano, repassados às distribuidoras brasileiras, que culminaram com o maior preço do produto desde 1997. A evolução do preço praticado pela Bolívia, mesmo ainda abaixo do mercado internacional, tem gerado conseqüências na distribuição do produto em território brasileiro. Em abril de 2006, o valor era de US\$ 5.67/MM BTU e em outubro de 2007, US\$ 6.31/MM BTU, correspondendo a um aumento de aproximadamente 11.3% em relação ao seu preço.

O Brasil, no entanto, por contrato, corresponde a uma importante fatia nas exportações de gás boliviano com 69%, em outubro de 2007. A Argentina, que hoje importa 7.7 MM m³/dia, paga um preço mais elevado. Porém, com o novo acordo assinado pelos presidentes argentina Cristina de Fernández Kichner e o boliviano, Evo Morales, prevê um aumento na capacidade de abastecimento, o que pode garantir certo abatimento no preço praticado entre os dois países, apesar da Bolívia não ter, hoje, como satisfazer os dois contratos.

Em 2008 o valor, que era de US\$ 7,10 por MM BTU em fevereiro, chegou aos US\$ 7,80 por MM BTU, correspondendo na maior alta do preço pago pela Petrobras à Bolívia até então. Como o contrato é reajustado trimestralmente e no primeiro semestre de 2008 o preço do barril do petróleo subiu para mais de US\$ 100,00, o preço sofreu um reajuste maior de 9,9%, como pode ser visto na figura 14. A fórmula adotada pela estatal brasileira para reajustar o insumo importado da Bolívia é composta pelo custo do transporte e pelo valor da commodity, que é atrelado a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional.

Com a queda vertiginosa do preço do petróleo no segundo semestre de 2008, um novo preço, estimado em 20% menos ao atual, deve ser acordado entre as partes para o primeiro trimestre de 2009. A queda do preço, além de estar atrelada ao preço do barril de petróleo, também se relaciona com o volume de gás importado à Bolívia. Como o nível das hidrelétricas brasileiras, pelas chuvas fortes do fim de dezembro, está perto da sua

capacidade máxima, o governo brasileiro decidiu diminuir o volume de gás natural importado de 30 MM m³/dia para 19 MM m³/dia, até como uma forma de economizar aproximadamente US\$ 600 milhões.

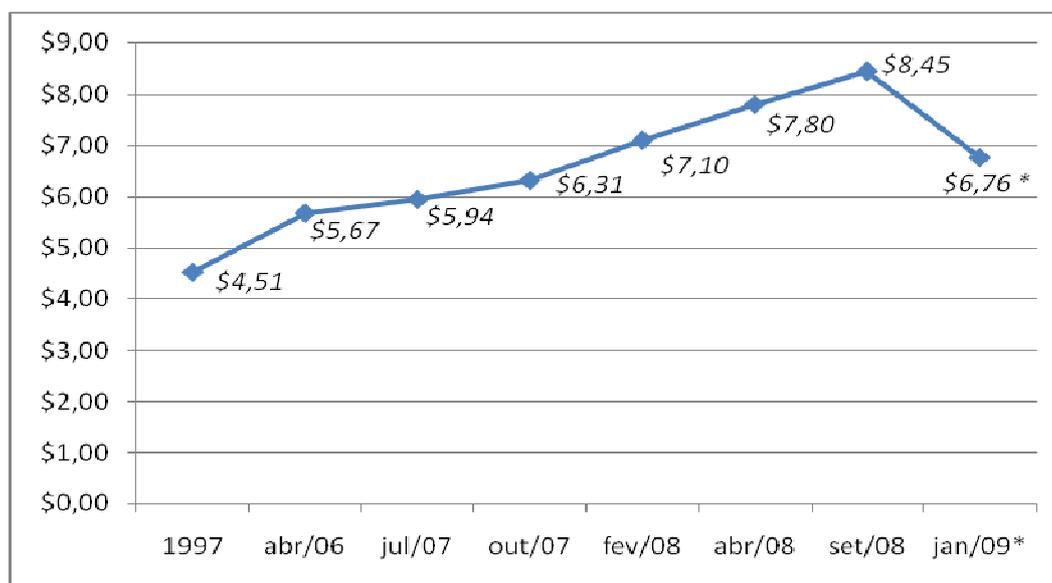


Figura 14 – Evolução do Preço do Gás Natural pago pelo Brasil à Bolívia por MM BTU.

Reuniões no início de janeiro, porém, a pedido do governo boliviano, forçaram o Brasil a rever esta posição de forma a evitar uma queda brusca de investimentos na Bolívia. Dessa forma, mais uma vez defendendo os interesses externos e não nacionais, o governo abriu mão e fechou um novo volume, estimado em 24 MM m³/dia, deixando de economizar cerca de 270 milhões de dólares segundo cálculos preliminares.

7.7. Novo Modelo para a Indústria do Gás Natural no Brasil

Inicialmente na década de 90, o setor energético brasileiro sofreu um grande processo de transformação visando alcançar metas de política energética destinadas a gerar benefícios sustentáveis para a sociedade no longo prazo. Os principais objetivos do processo de transformação consistiam na criação de um ambiente de desenvolvimento da infra - estrutura com uma maior penetração do gás natural, a partir da atração de capitais

privados em todos os segmentos da cadeia e a entrada de novos agentes através da introdução da concorrência no mercado.

Nesse intuito, foram realizadas mudanças importantes no setor energético, que consistiram principalmente na eliminação das barreiras institucionais de entrada de capitais e de agentes às atividades petrolíferas, com o objetivo de quebrar o monopólio estatal das atividades de produção, refino, comércio internacional e transporte do petróleo, do gás e de seus derivados, exercidos pela Petrobras.

Mesmo assim, a grande parte do volume ofertado de gás no Brasil era distribuído pelo Petrobrás, conferindo a ela uma grande responsabilidade em conseguir uma nova fonte do combustível.

Assim surgiu a Bolívia como saída para o grande aumento da demanda, e a construção do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) era indispensável. Em 1999 o Gasbol entrou em funcionamento, garantindo um volume inicialmente de oito milhões de m³/dia, passando para 15 milhões e chegando aos atuais 30 milhões de m³/dia.

Entretanto com a instabilidade política e econômica se instaurando na Bolívia, o risco de acontecer problemas no fornecimento de gás para o Brasil se tornou evidente e após a eleição de Evo Morales, luta para uma renegociação do preço do gás transportado, incluindo atos de vandalismo e interrupção do transporte, o governo brasileiro tratou de providenciar uma saída em curto prazo para diminuir essa dependência.

Com esse cenário de instabilidade, a Petrobrás, apostou na importação do gás natural liquefeito (GNL), que deverá ser a única saída no curto prazo. Entretanto, com o Programa de antecipação de Produção de Gás Natural (Plangás) , o governo planeja acelerar o desenvolvimento da produção nacional para garantir o fornecimento do volume importado de gás boliviano perdido.

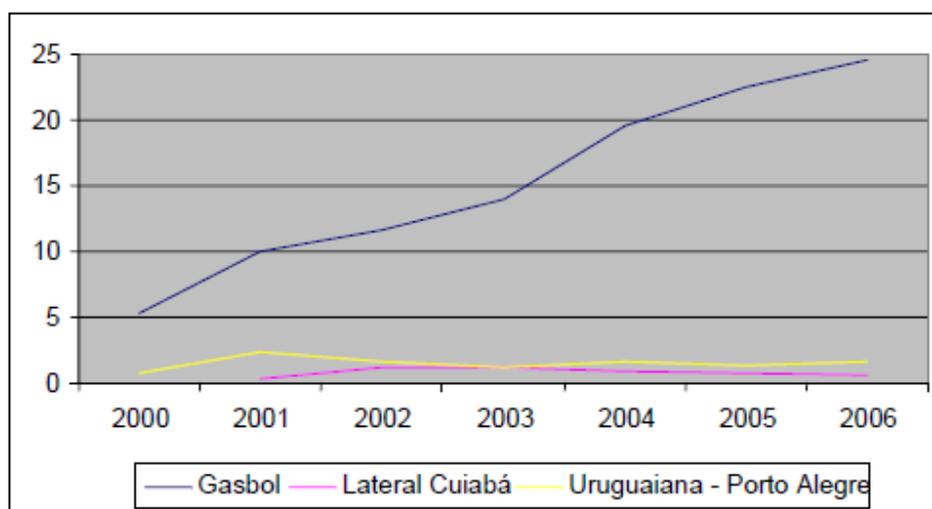
7.7.1. Importação de Gás Natural

Atualmente o Brasil mantém atividade de importação de gás natural da Argentina e da Bolívia, um volume correspondente a 50% da demanda nacional. O gás natural argentino começou a ser importado em 2000, através do gasoduto Uruguiana – Porto

Alegre, com capacidade de transporte de 2,5 milhões de m³/dia. A importação deste gás é realizada pela Sulgás, que o destina para o abastecimento da termelétrica AES Uruguaiana.

A importação do gás natural boliviano se iniciou através do gasoduto Gasbol (a partir de 1999) e aumentou com a construção do gasoduto Lateral Cuiabá (a partir de 2001), que possuem, respectivamente, a capacidade de transporte de 30 e 2,8 milhões de m³/dia. A Petrobras utiliza o Gasbol para escoar o gás boliviano para o Centro-sul do país.

A British Gas também utiliza este gasoduto para importar gás natural, que é direcionado para a distribuidora Comgás em São Paulo.



Fonte: ANP (2007)

Figura 15 – Evolução da Importação de Gás Natural por Gasodutos (milhões de m³/dia)

Recentemente as instabilidades ocorridas na Argentina e na Bolívia têm provocado incerteza sobre a continuidade do fornecimento de gás natural para o Brasil. Atualmente a Bolívia tem tido problemas para cumprir os seus contratos de fornecimento de gás natural.

Segundo o presidente da YPF, Guillermo Aruquipa, a Bolívia terá dificuldades em atender a demanda externa contratada do seu gás natural até 2009, devido atrasos em seus investimentos no desenvolvimento dos campos e na capacidade de transporte deste insumo (Guia Offshore, 2007).

Para minimizar essa dependência a Petrobras está fazendo atualmente investimento para garantir uma maior produção nacional, visando garantir a crescente demanda deste combustível. Entretanto um estudo realizado pela Empresa de Pesquisa energética (EPE) fez um diagnóstico, contido no Plano Nacional de Energia, que o Brasil continuará importando gás natural em 2030.

A continuidade dos investimentos em exploração e produção permite formular um cenário em que a produção doméstica de gás natural se eleva para cerca de 250 milhões de m³/dia nos próximos 25 anos. Isso significa um ritmo de crescimento de 6,3% ao ano, em média. Por outro lado, o crescimento da demanda sinaliza a necessidade de complementação da oferta de gás natural no país com importação de pelo menos 70 milhões de m³/dia em 2030.

Considerando as importações atuais de 30 milhões de m³/dia pelo gasoduto Bolívia-Brasil e a importação planejada de gás natural liquefeito (GNL), com capacidade de re-gaseificação de 20 milhões de m³/dia até 2009, a necessidade de importação adicional em 2030 seria de 20 milhões de m³/dia.

É clara a preocupação do Brasil em continuar tendo uma grande participação das importações na oferta de gás natural. Para isso a Petrobras tem feito um programa maciço de investimentos para aumentar a produção nacional e vislumbrando que o GNL possa dar ao Brasil uma flexibilização das fontes de importação, diminuindo o risco de um desabastecimento.

7.7.2. Importação de Gás Natural Liquefeito

A comercialização de GNL já ocorre há mais de 40 anos, não sendo, portanto, uma novidade na indústria mundial do gás natural. Ocorre, porém, que após a súbita perda de interesse por esta opção na década de 80 e parte da década de 90, observou-se nos últimos anos um remanejamento desta modalidade de comercialização, em função da demanda na Bacia do Atlântico, em especial, dos Estados Unidos.

Como mencionado, o ressurgimento do GNL deve-se, em grande parte, à busca dos países pela diversificação das fontes energéticas e à necessidade de flexibilização da oferta de gás com vistas a assegurar a segurança do abastecimento em um ambiente de elevação

do preço internacional do petróleo, que em 2007 alcançou um patamar próximo ao observado após o choque da década de 70, já considerada a inflação.

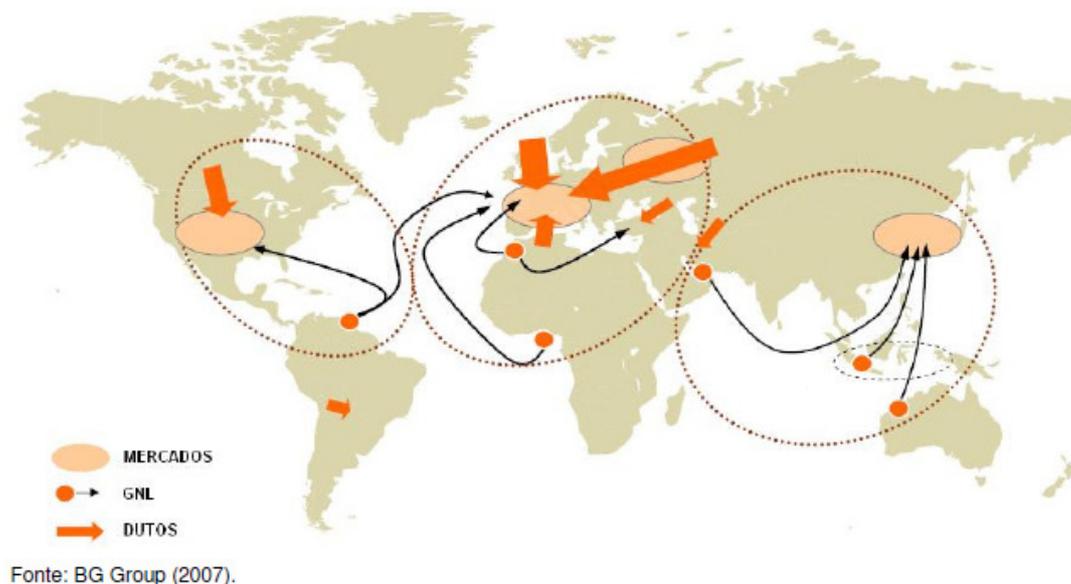


Figura 16 – Maiores fluxos de GNL

No Brasil, a comercialização de GNL é ainda recente e encontram-se atualmente em construção, pela Petrobras, os dois principais projetos para a importação do GNL, que são os terminais de re-gaseificação, simbolizando um primeiro passo para o desenvolvimento deste mercado.

A Petrobras está investindo em projetos que buscam diminuir sua dependência do gás boliviano, visando garantir a expansão da oferta desse bem ao longo do território nacional uma vez que os investimentos para desenvolver a produção nacional foram restritos e a reserva atual não é suficiente para atender a crescente demanda. Essa fonte de energia vem assumindo um papel importante no mercado energético nacional com previsão para 2011 de uma oferta e demanda de 121 milhões m³/dia e para 2010 a expectativa de uma participação de 11% na matriz energética nacional, atualmente é de 9,6%. Em 2006 foram

consumidos em média 48,2 milhões m³/dia, representando um crescimento anual de 20,2% (MME, 2007; Petrobras, 2007).

É preciso ressaltar que a busca por uma nova fonte de gás natural, principalmente por países do continente africano, não está correlacionada a nacionalização das reservas de hidrocarbonetos bolivianos em 2006, sendo esse fato responsável apenas por acelerar o processo.

A Petrobras desde o final da década de 90 procurava alternativas para a diversificação das suas fontes GN, encontrando no transporte marítimo de GNL uma solução rápida e eficiente que minimizaria os possíveis problemas atrelados a um único fornecedor. Sendo assim, há uma grande expectativa de que o GNL possa rapidamente assumir o suprimento de uma parcela considerável do consumo de gás natural.

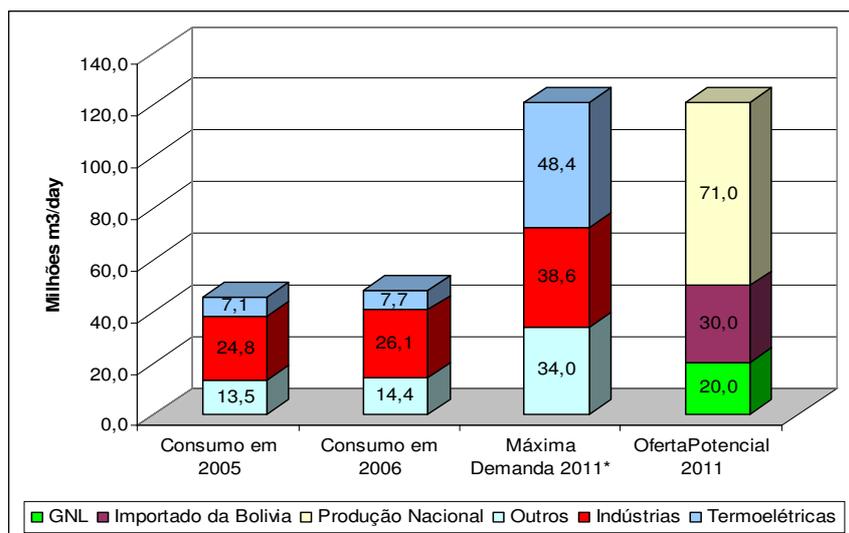


Figura 17: Consumo de GN conforme Plano Estratégico da Petrobras (2007), modificado.

Fonte: Petrobras (2007).

É importante destacar que o preço em média do GNL, tende a ser maior que o preço do gás transportado por gasoduto, sendo assim é preciso ter um grande volume para justificar esse investimento.

Tipo	Preço (US\$)
PPT *	3,30
Nacional	4,80
Boliviano	5,10
GNL	7,90

* Gás obrigatoriamente transportado para as termelétricas devido ao Programa Prioritário de Termelétricas (PPT).

Tabela 7 – Preço do Gás Natural em MM BTU. Fontes: Gás Energy e LNG Journal (valores em 16 de abril de 2007).

7.7.3. Investimento em Infra-Estrutura no Brasil

Para projetar uma base capaz de receber o GNL vindo da Nigéria ou de qualquer outro lugar, foram necessários investimentos em infra-estrutura ao longo do território brasileiro. O principal era a construção de unidades de regaseificação capazes de receber o gás importado. Somente assim, o gás é transportado para os seus destinos finais, quaisquer que sejam: termelétricas (principais beneficiadas por esse projeto de importação de GNL) e grandes complexos industriais. Devido à necessidade de importação do gás, a Petrobras vem investindo na construção de dois terminais *offshore* para o recebimento do gás nigeriano. Uma unidade está sendo construída no Estado do Rio de Janeiro, situado nas proximidades da Ilha d'Água localizada na Baía de Guanabara, e o outro terminal será no Porto de PECÉM, no Estado do Ceará.

Base	Distância	Tempo estimado
Pecém/CE	4650	6 dias e 4 horas
Ilha d'Água/RJ	5550	7 dias e 10 horas

Tabela 8 – Distância das bases de recebimento de GNL em Relação à Nigéria. Fonte: Petrobras

O primeiro terminal portuário compreende a implantação de um píer de GNL, próximo ao Terminal da Ilha D'água. A operação consiste no recebimento de GNL do navio supridor. Em seguida, será possível a estocagem de 138 mil m³ (6 dias para despacho máximo) e regaseificação do GNL à vazão máxima de 14 MM m³/dia, onde ocorrerá a injeção de gás natural comprimido em um gasoduto, que ainda será construído e interligará o terminal de GNL a REDUC (Refinaria de Duque de Caxias/RJ). Esse GNL importado através da baía de Guanabara será interligado à malha de gasodutos do sudeste através do anel de gás de alta pressão da Refinaria REDUC. É um “hub” estratégico que está diretamente ligado ao Terminal de Cabiúnas, localizado no município de Macaé, Rio de Janeiro, onde se encontra a Estação de Processamento de Gás Natural da Transpetro, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e diversas termelétricas instaladas neste entorno como Termo-Macaé e Norte Fluminense. (Fonte: Gás Energy).



Figura 18 – Projetos de Terminais de Regaseificação de GNL no Cone Sul.

No Porto de PECÉM esta operação de recebimento e transporte do GNL possuirá um terminal flexível de GNL o qual será abastecido por navios supridores, estocará e realizará o processo de regaseificação à vazão máxima de sete MM m³/d e injeção de GN pressurizado via um novo ramal a ser construído denominado de ramal Pecém-Gasfor, que interligará o terminal ao gasoduto Gasfor, o qual interliga o Porto de PECÉM (CE) ao campo offshore de Guamaré (RN).

Base	Custo (US\$)
Pecém/CE	40 milhões
Ilha d'Água/RJ	140 milhões

Tabela 9: Custos das Bases. Fonte: Seminário Abrajet, 2007.

Quanto ao fretamento dos navios regaseificadores, a Petrobras na primeira metade de 2007 fechou contrato com a empresa Golar para fretamento de duas unidades. O valor dos dois contratos já firmados foi na ordem de US\$ 900 milhões para 10 anos de afretamento. Já em relação aos navios supridores de GNL, eles chegarão ao Brasil em função do ritmo de operação de re-gaseificação, ritmo o qual dependerá da quantidade pretendida de despacho termelétrico. A quantidade de navios que realizará o transporte será alocada pelo fornecedor de GNL, cujo compromisso é de entrega no Brasil. Estes navios de transporte não são da Petrobras e nem serão administrados por ela.

O terminal de PECÉM está projetado para suprir as termelétricas Termo-Fortaleza e Termo-Ceará. A capacidade instalada total de cada uma dessas termelétricas são respectivamente 347 MWh e 242 MWh, consumo que equivale a Termo-Fortaleza porque esta é uma usina de ciclo aberto, o que acarreta num aproveitamento energético menor devido à perda de calor.(Fonte: Gás Energy).

7.7.4. Produção de Gás Natural

O Brasil aprendeu com a crise boliviana que não pode ficar dependente de apenas uma fonte de gás, por isso está investindo no gás natural liquefeito e no aumento da

produção nacional. A preocupação das empresas é com uma possível mudança de regulação com a Lei do Gás que está tramitando no Congresso.

O gás natural será extremamente importante para que o país consiga suportar esse ritmo de crescimento. Para isso a Petrobrás e outras empresas estão investindo pesado para aumentar a produção nacional de gás. A seguir serão apresentados os principais projetos em desenvolvimento para incrementar a produção brasileira de gás, situados pólos na Bacia de Santos, dentre eles:

- Merluza: tem potencial para atingir uma produção de 9 a 10 milhões de m³/dia em 2010;
- Mexilhão (antigo BS-400): terá capacidade para produzir até 15 milhões m³/d de gás natural e produzirá de 8 a 9 milhões de m³/dia a partir do segundo semestre de 2008;
- BS-500: deverá produzir de 20 milhões de m³/dia;
- Sul: estima-se uma produção futura de 3 milhões de m³/dia;
- Centro: área de grande potencial, em fase exploratória que será ligada a Mexilhão para escoamento do gás;

Espera-se um acréscimo de 12 milhões de m³/dia a partir do segundo semestre de 2008 e de aprox. 30 milhões até o final de 2010.

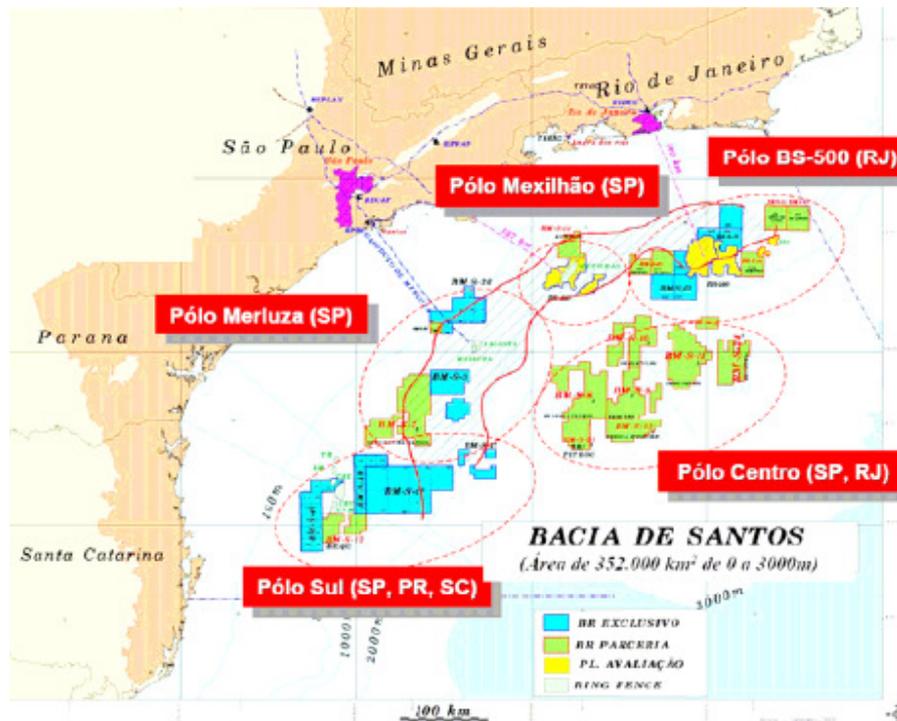


Figura 19 – Principais pólos produtores de gás natural (Fonte: ANP 2007).

As premissas da Petrobras para a Expansão da produção da Bacia de Santos visam:

- Antecipar a produção de Mexilhão de 2009 para 2008 e aumenta seu pico de 12 para 15 milhões m³/dia;
- Adicionar novos volumes para Merluza (+9 milhões m³/dia);
- Elevar a previsão para o pico de produção do BS-500 de 15 para 20 milhões m³/dia.

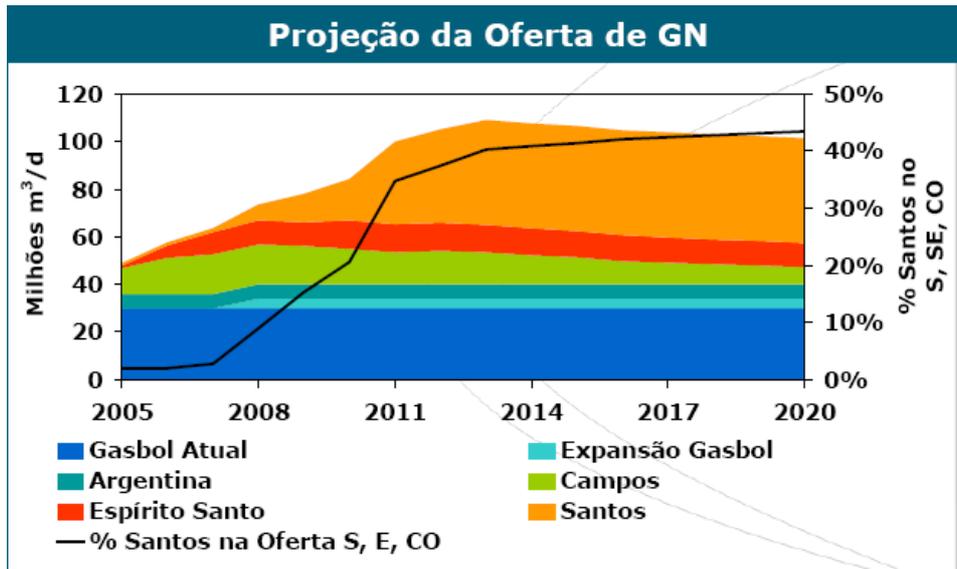


Figura 20 – Projeção da Oferta Nacional Gás Natural (Fonte: ANP 2007)

7.7.5. Demanda de Gás natural

Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste mesmo com a entrada em operação dos novos campos da Bacia de Santos a partir de 2008 e a expansão do Gasbol em quatro milhões de m³/dia em 2008, ainda haveria um déficit na demanda nessas regiões até 2010, caso as térmicas despachem 100%.

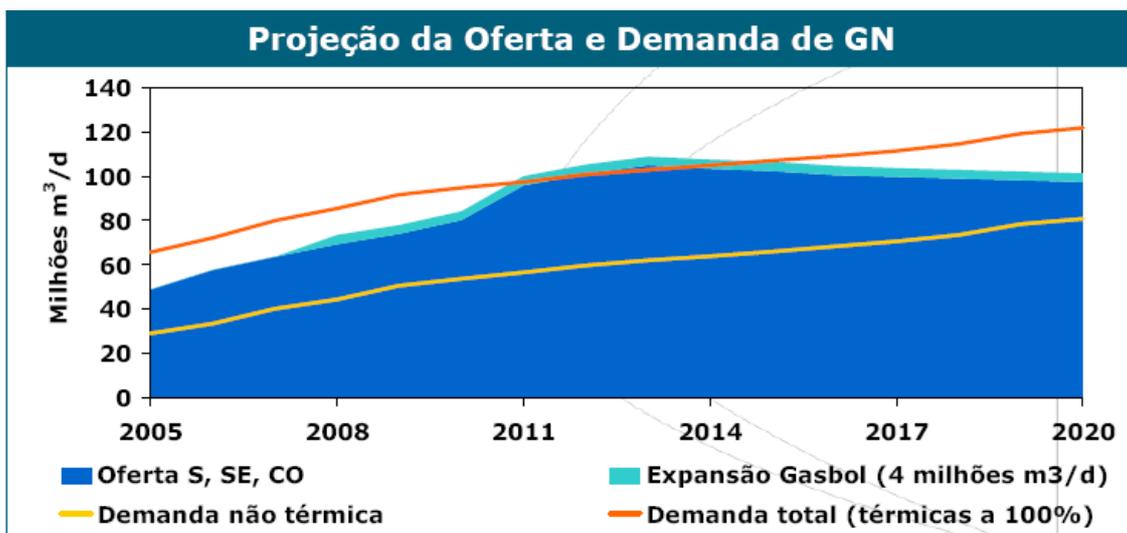


Figura 21 – Projeção da Oferta e Demanda de Gás Natural no Centro-Sul (Fonte: ANP 2007)

Analisando a região Nordeste, a situação do abastecimento é crítica. Em 2005, só foi possível despachar 34% da capacidade das térmicas da região. A entrada do campo de Manati em 2006 aumentou o despacho máximo para 48%.

A partir de 2010, o déficit volta a crescer. Novas descobertas e a importação de gás natural (GNL) são alternativas para o atendimento da demanda. Um incremento da oferta via GASENE estaria prejudicado pela carência de excedente na oferta no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

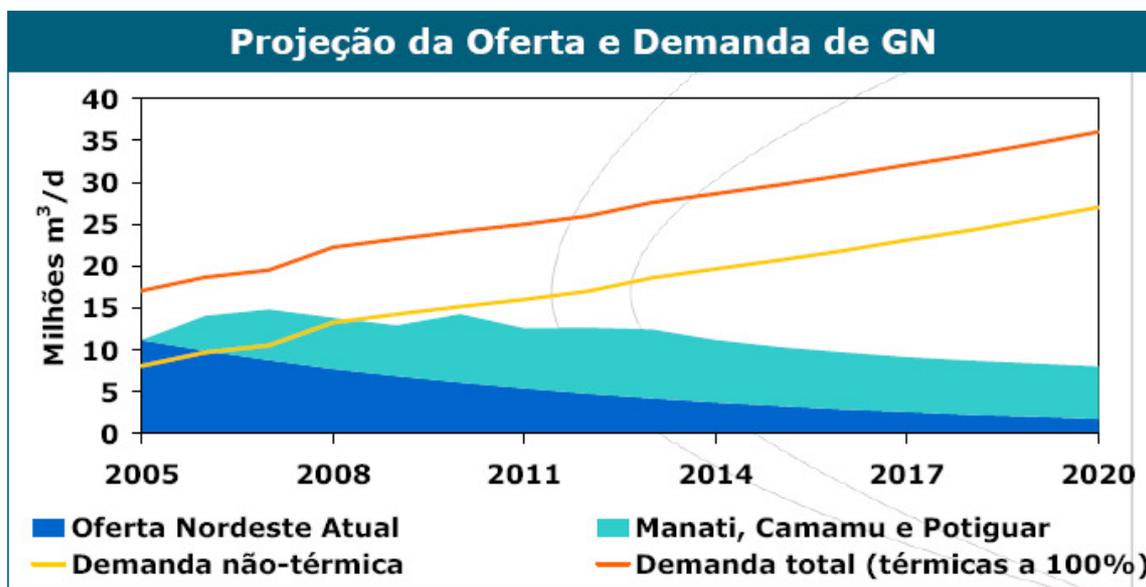


Figura 22 – Projeção da Oferta e Demanda de Gás Natural na Região Nordeste (Fonte: ANP 2007)

7.8. Planos de Contingência

Em abril de 2006, o Ministério de Minas e Energia (MME) constituiu um Grupo de Trabalho para discutir e propor um Plano de Contingência para a distribuição de Gás Natural no Brasil.

Esse plano é baseado em um critério para disciplinar os procedimentos aplicáveis a situações de restrição total ou parcial do suprimento de gás natural, decorrentes de caso fortuito, força maior ou quaisquer outros fatos supervenientes.

O grupo foi composto por representantes de diversos segmentos da cadeia produtiva de gás, além do próprio MME: ANP, agências reguladoras estaduais, Fórum dos Secretários de Estado para Assuntos de Energia, produtores, distribuidores de gás natural e grandes consumidores de energia.

Esta iniciativa foi, em primeiro lugar, motivada pelo incidente que envolveu o oleoduto de escoamento da produção da PETROBRÁS nos campos de Margarida e San Antonio, na Bolívia, devido às fortes chuvas que atingiram aquele país em abril deste ano, ocasionando grandes deslizamentos de terra. Embora o incidente tenha sido acidental, já havia uma grande instabilidade política na Bolívia, o que poderia afetar de maneira grave a distribuição do combustível no território brasileiro.

Algumas medidas foram tomadas para mitigar os efeitos dos incidentes sobre a produção de gás natural, tais como:

- Priorização de atendimento ao Mercado brasileiro, uma vez atendido o mercado interno boliviano (corte das exportações à Argentina);
- Esforços para postergar a parada de produção do campo de San Antonio;
- Conexão do oleoduto danificado com o gasoduto Villa Montes-Tarija para envio de condensado;
- Redução do consumo próprio da PETROBRAS no Brasil;
- Administração do estoque de gás natural no Gasoduto Bolívia Brasil (GASBOL);
- Substituição por outros combustíveis.

Por outro lado, a implementação de um plano de contingência, se vê limitada a execução de medidas anti-econômicas como, por exemplo, a priorização do atendimento a um conjunto de consumidores em detrimento de outros. Pode-se observar que mesmo as medidas possíveis no âmbito do Mercado, como por exemplo, o uso de armazenagem e do gás natural liquefeito não está adequadamente estruturado ou sequer disponível.

A motivação para se propor uma lei do gás natural está no fato da lei do petróleo tratar o gás como um derivado e não como uma fonte de energia primária. Isso acarretou numa carência de investimentos no segmento de transporte e deixa qualquer novo produtor nas mãos do monopólio exercido pela Petrobras.

No dia 11 de dezembro de 2008 foi aprovado na Câmara Federal, o Projeto de Lei do Gás Natural. Agora segue para sanção do Presidente da República. O Projeto tramitou quase quatro anos no Congresso Nacional. O primeiro texto foi apresentado em 2005, pelo então senador Rodolfo Tourinho.

A Lei do Gás trará avanços no sentido de dar mais transparência à regulação do setor, entre eles um plano de contingência padrão na distribuição de gás natural, e com isso cria as condições para atrair novos investidores para os segmentos de transporte e produção de gás natural. Dessa forma, a nova Lei vai ajudar a diminuir a nossa dependência do gás boliviano. O próximo passo onde precisamos ter toda a atenção é na regulamentação da Lei.

8. CONSEQUÊNCIAS À BOLÍVIA

As incertezas políticas e regulatórias que a Bolívia vem sofrendo desde 2002 deixaram o país ao largo dos grandes investimentos privados e internacionais. O setor de petróleo e gás natural começou a sofrer influências a partir da Lei dos Hidrocarbonetos em 2005 e mais ainda após a eleição do Evo Morales e a efetivação do Decreto Supremo 28701.

Desde 2002, portanto, as companhias de petróleo e gás natural atuantes no país tiveram uma atitude de esperar os acontecimentos, deixando projetos de expansão de investimentos suspensos até encontrar uma estabilidade política e regulatória. Somente alguns pequenos investimentos foram efetuados de forma a honrar os acordos contratuais feitos com o governo boliviano. Desde 2005 os investimentos em exploração e produção caiu para menos de 200 milhões de dólares por ano, bem abaixo dos 600 milhões de dólares investidos em 1998-1999, no ano seguinte à abertura do mercado de petróleo e gás. Os investimentos em transporte também têm sido colocados de lado e caíram vertiginosamente nos últimos anos, como visto abaixo.

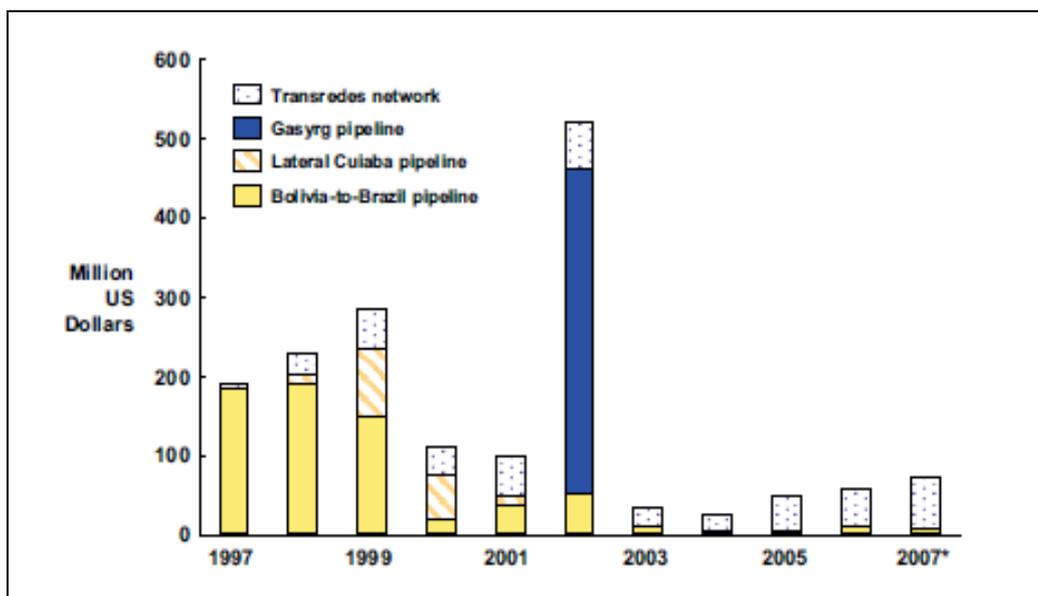


Figura 23 – Investimentos em transporte na Bolívia (1997-2006). Fonte: CERA.

Este instável clima político boliviano e sua conseqüente queda nos investimento estão prejudicando os planos da Bolívia a curto e médio prazo em permanecer como um dos grandes atores de gás natural na região. As atividades em exploração e produção estão no nível mais baixo nos últimos em dez anos, e as reservas provadas e prováveis de gás têm diminuído drasticamente após o grande crescimento no início da década de 2000, levantando dúvidas sobre a capacidade da Bolívia em cumprir seus atuais contratos de exportação, incluindo o assinado recentemente com a Argentina, de exportação de 27,7 MMcm por dia em 2010. E as previsões de estudos da CERA (*Cambridge Energy Research Associates*) dizem que mesmo que o Governo reúna todas as condições necessárias para novos investimentos nos próximos meses, levaria pelo menos de quatro a cinco anos para a indústria se recuperar.

8.1. Quanto às Reservas de Gás Natural

Apenas três poços foram perfurados na Bolívia em 2007: dois poços exploratórios (Huacaya-X1D pela Repsol em Chuquisaca e Taboco X-1002 pela Pluspetrol em Santa Cruz) e um poço de desenvolvimento (Sabalo 5D pela Petrobras em Tarija). A previsão para 2008 também não era das mais animadoras e somente cinco poços foram perfurados:

dois poços exploratórios (Rio Seco X1-D pela Pluspetrol em Santa Cruz e Ingre X-1 pela Petrobras em Chuquisaca) e três poços de desenvolvimento (Percheles Junin 1003 e X-2 pelo Chaco, em Santa Cruz e Víbora pela Andina em Santa Cruz. Este declínio acentuado de 65 poços perfurados anualmente na Bolívia entre 1998 e 2000 para os cinco de 2008 transparece o forte contraste com os 1449 poços perfurados na Argentina, 615 no Brasil, 166 no Peru, e 73 na Colômbia em 2007.

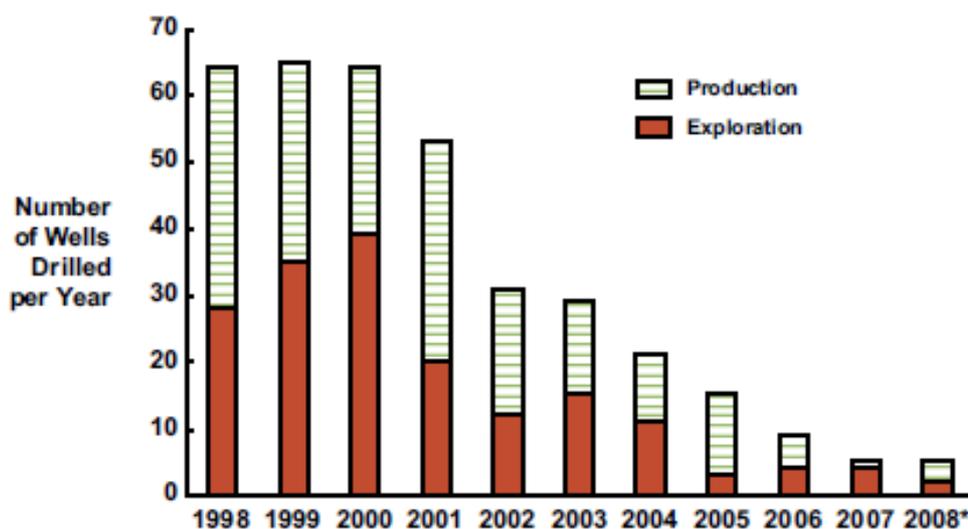


Figura 24 – Poços de Exploração e Produção perfurados na Bolívia entre 1998-2008. Fonte: CERA.

O número de plataformas de perfuração que operam no país em 2008, outro indicador em curto prazo da queda de investimentos nos setores de E&P, é atualmente de quatro, apenas uma a mais do que o número total em 2007.

A diminuição das atividades de perfuração já teve um impacto negativo sobre os reservas. Depois de ter atingido 28,7 trilhões de pés cúbicos, em dezembro de 2002, as reservas provadas de gás natural caíram para 26,7 trilhões de pés cúbicos em Dezembro de 2004. Desde então não houve atualizações oficiais, mas informações não oficiais e previsões de empresas especializadas em análise de mercado, como a BN Americas e a CERA, apontam para uma nova descida.

De acordo com os anúncios oficiais da YPFB, as reservas bolivianas também diminuíram até 19,3 trilhões de pés cúbicos em dezembro de 2005, como resultado das revisões dos valores dos fatores volumes de recuperação nos maiores campos e da maior acurácia na delimitações do reservatório e das propriedades do fluido. Veja figura 25. Em dezembro de 2007, as reservas caíram ainda mais para 18,8 trilhões de pés cúbicos, mostrando que a falta de investimentos em exploração torna evidente o receio ao futuro de abastecimento de gás natural da Bolívia aos países vizinhos.

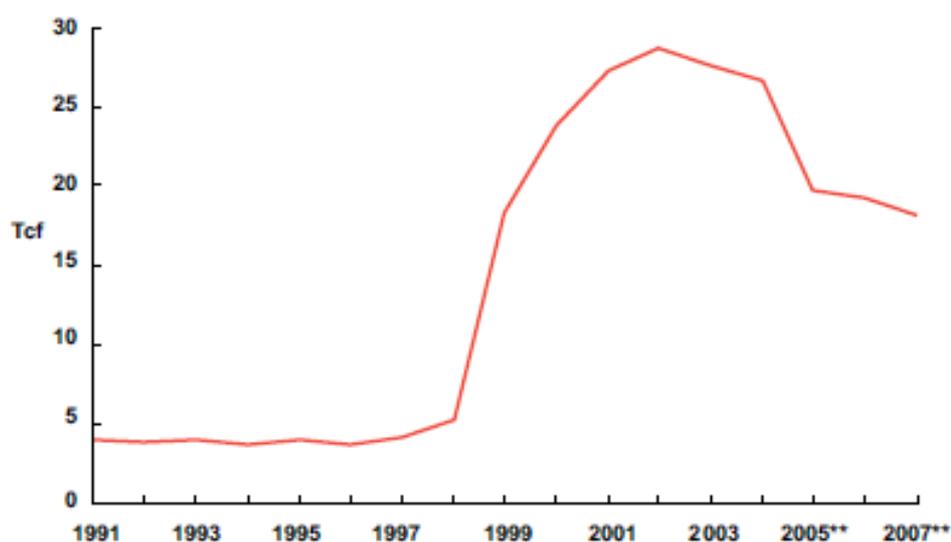


Figura 25 – Evolução das Reservas Provadas de Gás Natural na Bolívia (1991-2007).
Fonte: CERA

Até o presente momento, o nível de reservas provadas bolivianas consegue abastecer e honrar os compromissos honrados com Brasil e Argentina para os volumes atuais, em aproximadamente 20 anos. Porém, como a própria Argentina já anunciou um aumento na quantidade a ser importada e o anúncio, em setembro de 2008, que a Bolívia também iria exportar seu gás para o Paraguai, além do próprio aumento de consumo doméstico de gás natural, o valor de reservas atuais não conseguiria abastecer os mercados para os próximos 15 anos.

8.2. Quanto à Produção de Gás Natural

Com o investimento reduzido, apenas modestas expansões nas capacidades de produção e transporte podem ser esperadas nos próximos anos. Sem novos investimentos, e considerando o declínio dos campos maduros, a capacidade de produção da Bolívia, em breve começará a decrescer, numa altura em que procura, tanto interna como externa, irá a aumentar.

Ainda que a produção total da Bolívia tenha triplicado entre 1999 e 2005, nos últimos três anos, permaneceu estagnada em um platô, revelando que a produção chegou num auge para os investimentos feitos até então (ver Figura 26). Entre 2005 e 2008 a produção total de gás se situava em cerca de 40-42 milhões metros cúbicos por dia, com uma produção efetiva de aproximadamente 36-38 milhões de metros cúbicos por dia.

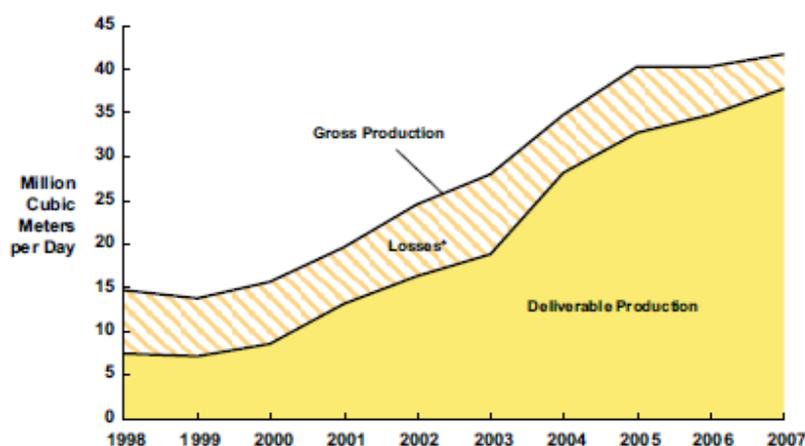


Figura 26 – Produção Total e Efetiva de Gás Natural na Bolívia. Fonte: CERA

A capacidade para o fornecimento atual já é apertada e qualquer aumento, seja na produção ou no transporte, aliada a qualquer válvula desligada por manifestantes locais em gasodutos ou plantas industriais ou ainda por interrupções causadas por acidentes naturais ou por problemas técnicos são susceptíveis para desencadear a redução das exportações de gás. E isso já ocorreu em 2006 quando as exportações para o Brasil e Argentina foram cortadas em abril de 2006, após bloqueios nos campos em que passam os gasodutos e em

Margarita, em Novembro de 2007 durante a reparação de um gasoduto danificado. Além disso, em 2007, La Paz, Cochabamba, Tarija e sofreram restrições no abastecimento de gás devido a problemas de transporte no gás doméstico, mesmo sendo Tarija o principal departamento produtor de gás na Bolívia com quase 90%.

Além disso, desde Setembro de 2007, quando a Petrobras optou por aumentar as suas necessidades de gás natural para o máximo previsto contratualmente para 31 milhões de metros cúbicos por dia, a Bolívia teve de suspender unilateralmente envios de gás para a planta Mário Covas em Cuiabá, bem como a BG para a Comgás, em São Paulo. Transferências para a Argentina também têm diminuído desde Setembro de 2007: nos últimos quatro meses do ano Bolívia forneceu uma média de 2,6 MMcm por dia à Argentina, contra os 5,6 MMcm por dia, distribuído entre janeiro e agosto de 2007. Durante o primeiro semestre de 2008 o nível das exportações permaneceu em torno de 2,7 MMcm por dia, abaixo do volume mínimo contratual take-or-pay de 4,6 MMcm por dia estipulado na Argentina, por contrato.

Tornou-se cada vez mais claro que a produção atual, de 41,7 milhões de metros cúbicos por dia em 2007 e as primeiras estimativas para o resultado final de 2008 indicam que houve um aumento para 42,9 milhões de metros cúbicos, não sendo suficiente para cobrir todo o volume atualmente contratado para abastecer os mercados. O governo boliviano já admitiu oficialmente que o país não terá condições de cumprir seus compromissos para exportação nos próximos três ou quatro anos e está buscando um acordo com a Argentina para adiar o aumento do acordo de 2006.

8.3. Quanto aos Investimentos

A perspectiva mais otimista para a produção da Bolívia indica um crescimento para 69,2 MM m³ por dia até 2011, representando um aumento de 80% sobre 2008. Este crescimento, no entanto, exigiria um enorme investimento e um esforço imediato para quase duplicar a produção existente, processamento, transporte e capacidade de compressão na Bolívia, nos próximos três anos. As estimativas de investimento seriam de cerca de \$ 3,2 bilhões de dólares, ou uma média de aproximadamente \$ 1,6 bilhão de dólares por ano. Isto

significa mais que o dobro do maior volume investido na história do país, que foi de 600 milhões de dólares em 1998.

Esta estimativa não considera investimentos adicionais que seriam necessários para expandir o transporte interno, as exportações, processamento e eventualmente, para o refino e armazenamento adicional, de forma a lidar com um aumento na produção de líquidos e condensados de gás natural associado para cerca de 50 mil barris por dia em 2006 para um valor estimado maior que 92 barris por dia até 2011.

Ao todo, a Bolívia precisaria de aproximadamente 7,2 bilhões de dólares nos próximos dois a três anos para cumprir com suas obrigações contratuais para a Argentina e Mutún enquanto satisfaz suas obrigações existentes para o mercado interno e ao Brasil. Isto pressupõe que as medidas legislativas e regulatórias, assim como a estabilidade das condições políticas precisam ser estabelecidas de imediato para que esses investimentos cheguem o mais rápido possível.

Uma vez que este cenário é difícil de acontecer antes das próximas eleições presidenciais, é evidente que a Bolívia não poderá cumprir suas obrigações e uma renegociação dos contratos para volumes abastecidos, principalmente para a Argentina, possivelmente com alguns cortes, negociados ou não, para o Brasil, a fim de ser capaz de fornecer mais gás para a Argentina durante o pico de procura nos meses de Inverno.

Entre as diversas acusações sobre o governo não ter investido em pesquisa e desenvolvimento desde 1996, e das ameaças de rescisão de contratos, ao menos que haja investimentos, as empresas de petróleo e gás começaram a fazer pequenas promessas, investindo somente nos campos em desenvolvimento.

Os investimentos em exploração continuarão sendo, provavelmente, dificultados por mais tempo do que o investimento em desenvolvimento mesmo que, desde 2006, a Bolívia tenha assinado diversos acordos de estudos com diversas empresas estrangeiras, como a Total (França), PDVSA (Venezuela), Gazprom (Rússia), Petrogas, Tecpetrol, Pluspetrol, GTL Internacional e Nalwa Siderurgia e Energia.

Embora estes acordos sejam bem divulgados pelo governo boliviano, não são contratos para exploração, não abrangendo a cobertura da Lei de Hidrocarbonetos, e, portanto, as empresas não podem realizar atividades de exploração. Estes contratos permitem que, por um ano, os signatários podem realizar estudos geológicos preliminares

sobre blocos exploratórios localizados em alto risco, reservados para YPFB. Se, no final do ano de estudo a empresa esteja interessada em realizar atividades de prospecção, teria que formar uma joint venture com a YPFB, através de uma Sociedade de Empresas Mistas, que estipula que a YPFB teria uma quota de 50% mais um das ações da sociedade, além de controlar as funções administrativas e de gestão. Uma vez que a empresa mista seja aprovada pelo Congresso, a empresa teria de assinar um dos dois tipos de contratos autorizados pela Lei de Hidrocarbonetos: uma de operação ou uma de contrato de partilha de produção contrato.

Até agora, apenas uma empresa comum foi criada, entre YPFB e PDVSA Bolívia AS. A YPFB-PetroAndina concordou em investir US\$ 600 milhões em E&P. Em setembro de 2008 YPFB assinou um acordo de cooperação com a Gazprom e para a Total para explorar o bloco no sudeste da Bolívia, chamado Azero. Este acordo é um primeiro passo na direção de uma empresa comum entre as três empresas, em que alegadamente YPFB irá deter 60% das companhias mistas e a Gazprom e Total irão compartilhar o restante. O governo anunciou que a empresa irá investir um total de 4,5 bilhões de dólares em exploração e na construção de uma instalação de tratamento de gás.

Ainda não é claro como a YPFB será capaz de financiar esses 60% desse montante (equivalente a 2,7 bilhões de dólares). Em qualquer caso, a proposta ainda passará por muitas negociações e é possível que haja ainda um forte atraso antes de qualquer contrato para exploração.

Uma vez que o parceiro privado de qualquer empresa mista seria responsável por todos os riscos e teria uma participação de apenas 49%, a atração econômica dessas *joint ventures* é bem pequena, especialmente em áreas de alto risco. Logo, é altamente improvável que uma empresa de petróleo colocaria seus investimentos em risco sem a certeza sobre as condições fiscais caso uma descoberta seja feita. Além disso, a lei exige um processo de consulta com as "comunidades de camponeses, indígenas e nativos", aumentando o risco das empresas para aceitar exigências extras em qualquer momento durante o desenvolvimento ou durante a fase de produção.

A Bolívia só investiu 198 milhões de dólares em E&P em 2006 enquanto a Repsol YPF, na Argentina, investiu sozinha, 1,6 bilhão de dólares no mesmo período além de anunciar um investimento adicional de 6 bilhões de dólares até 2009. No Brasil, a Petrobras

anunciou investimentos na ordem de 75 bilhões de dólares até 2012, dos quais 36 bilhões irão apenas para as áreas de E&P no Brasil. Grande parte deste investimento se destina a acelerar a produção interna de forma a reduzir a dependência de gás boliviano. Investimentos adicionais, não incluídos nessas estimativas até 2012, serão necessários para desenvolver as novas descobertas de petróleo e gás na camada do pré-sal.

9. SITUAÇÃO ATUAL E NOVAS PERSPECTIVAS

A Bolívia hoje, apesar do aumento de sua produção, sofre com a fuga de investimentos oriunda da falta de transparência em sua legislação no setor de petróleo e gás. Em 2007, dos 587 milhões de dólares das 12 empresas multinacionais que prometeram investimentos no país, apenas 43% seria investido no desenvolvimento da produção enquanto que o restante bancaria os custos de manutenção, impostos e gastos administrativos correspondentes a ativos.

Somente a Petrobras investiria US\$ 117,6 milhões sendo que, no primeiro semestre de 2007, apenas 19,5% fora investido. A estatal brasileira no ano fiscal de 2006 lucrou 26 bilhões de reais ao todo. Porém, na área internacional, a empresa sofreu um revés de um bilhão de reais, muito em função do problema na Bolívia e pela desvalorização do dólar frente ao real, representando apenas 2% do resultado final da empresa.

Em 2007, o resultado negativo da Petrobras com uma diminuição de 17% em relação ao ano anterior gera ainda mais importância quanto aos impactos que mudanças regulatórias na área internacional podem acarretar à empresa brasileira e, conseqüentemente à matriz energética brasileira, altamente dependente do gás boliviano. As reservas provadas da empresa em territórios internacionais reduziram 14% de 2006 para 2007, alcançando 1,090 bilhão de barris de óleo equivalente, muito em função da entrada dos novos contratos na Bolívia, que antes representava 64,1% das reservas internacionais de gás natural da Petrobras e, em 2007, alcançaram 56,3%.

Já em 2008, no período compreendido entre janeiro e maio de 2008, o Brasil já pagou à Bolívia cerca de 1,1 bilhão de dólares, valor bem superior aos US\$ 599 milhões do mesmo período de 2007. Considerando ainda que 95% desse valor seja em relação ao comércio de gás natural, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estadística

(INE), isso corresponde a um aumento de 84% no pagamento sobre o gás natural exportado pelos bolivianos.

Porém, à medida que a Bolívia mantém sua instabilidade política, social e regulatória, os investimentos estrangeiros privados tendem a ficar cada vez mais escassos. Os resultados são cada vez mais evidentes principalmente se forem analisados os investimentos destinados à exploração e produção, atingindo o menor nível histórico desde meados da década de 90. As reservas bolivianas diminuem uma vez que não há novas descobertas e forçam estudos de viabilidade técnica e econômica de seus países vizinhos, importadores, para as alternativas ao gás natural, em particular o GNL, para garantir o abastecimento do mercado interno, mesmo que seja atrelado a um preço mais elevado.

Previsão do Mercado de Gás Natural da Bolívia
(milhões de metros cúbicos por dia)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*	2009*	2010*	2011*	2012*	2013*
Produção Total	692	861	989	1.224	1.421	1.421	1.474	1.563	1.712	2.039	2.421	2.549	2.653
Queima e Reinjeção	182	241	273	233	207	121	125	125	120	122	121	127	133
Uso em E&P	46	43	54	(2)	60	70	18	73	82	96	114	122	126
Produção Efetiva	465	577	661	993	1.154	1.229	1.331	1.365	1.510	1.821	2.185	2.300	2.395
Exportação	369	472	541	867	1.005	1.069	1.163	1.187	1.321	1.406	1.685	1.783	1.861
Importação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferencial exportado	369	472	541	867	1.005	1.069	1.163	1.187	1.321	1.406	1.685	1.783	1.861
Gas para Mercado doméstico	95	104	121	126	149	160	169	179	189	415	501	517	534
Geração de Energia	47	51	63	62	79	81	82	84	87	92	98	104	110
Demanda ao Consumidor Final	48	53	58	64	70	79	86	94	103	323	403	413	423
Industrial	43	46	48	51	52	56	59	61	64	278	352	355	358
Residencial/Comercial/Público	1	2	2	3	4	4	5	6	7	8	9	10	12
Automotivo	4	6	7	10	14	18	23	28	32	37	42	47	53

* Valor Estimado

Tabela 10 – Previsão do Mercado de Gás Natural para a Bolívia (Fonte: CERA)

Politicamente, a Bolívia não deve passar por mudanças nos próximos anos. Aliás, atrela-se uma estabilidade econômica e um aumento de investimentos no setor energético à definição quanto à nova legislação dos recursos naturais, principalmente do gás natural. O aumento dos protestos e violência tem elevado a tensão entre os departamentos e mostrado a fragilidade do sistema regulatório boliviano internamente. Mesmo que haja uma ascensão

no volume de investimentos e que o governo boliviano reaja e resolva seus problemas internos, são remotas as probabilidades do risco aos investimentos diminuïrem em uma proporção que encoraja os altos investimentos necessários para aumentar e desenvolver novos campos no país.

Além disso, a crise boliviana tende a se agravar se os investimentos não sejam aumentados uma vez que há contratos assinados de abastecimento de Brasil e Argentina com seu gás natural, além do próprio mercado doméstico que só tem aumentado nos últimos cinco anos. Previsões indicam que para garantir pleno funcionamento de seus acordos, seria necessário duplicar sua capacidade de produção até 2011, como pode ser comprovado na figura 27, demandando, neste período, US\$ 3,2 bilhões do total necessário, apenas para dedicar na infra-estrutura do gás natural, bem maior que a média anual de investimentos de US\$ 700 milhões durante os anos de 1997 e 2002, nos quais foram registrados os maiores níveis de investimentos.

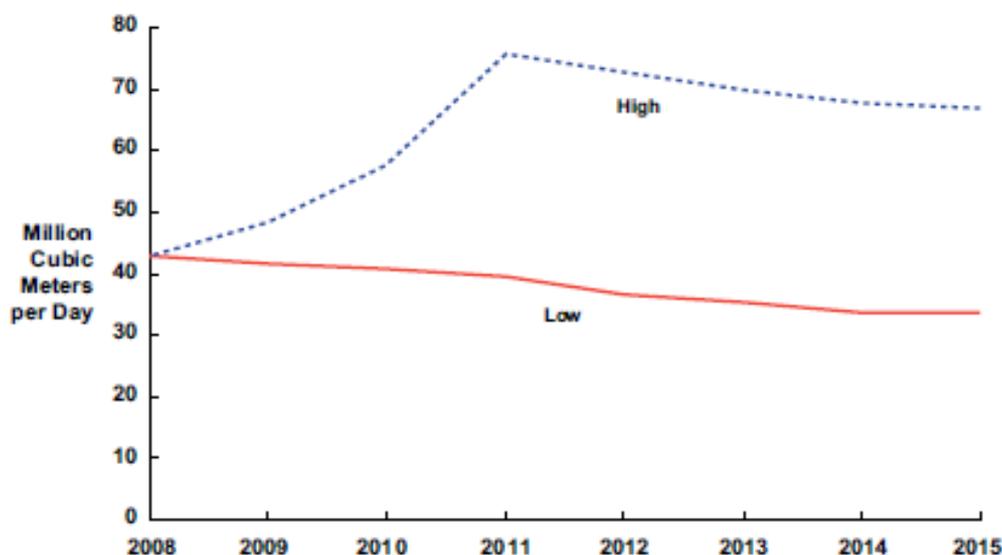


Figura 27 – Previsão Otimista e Pessimista da Produção Total da Bolívia até 2015 (Fonte: CERA)

No entanto, uma vez que a próxima eleição presidencial será ao final de 2009 – ou 2010 dependendo de um referendo em janeiro de 2009 para estender o mandato

presidencial em mais um ano – o governo boliviano precisa decidir o quanto antes novas soluções para, principalmente, manter a unidade da federação e conseguir obter o apoio necessário para permanecer no poder nas próximas eleições. Uma das saídas encontradas foi a renegociação da capacidade a ser exportada tanto para Brasil como para Argentina, sabendo de suas limitações quanto ao abastecimento e produção do gás natural, impondo cortes consideráveis.

Se a Bolívia, portanto, for incapaz de incrementar seus investimentos e falhar ao fornecer o volume mínimo de gás natural acordado entre Brasil e Argentina, a importações de gás natural para o Cone Sul pode alcançar até mesmo níveis recordes de 20,2 bilhões metros cúbicos por ano em 2015, caso o nível de comprometimento da Bolívia com os acordos firmados continuem da mesma forma que o atual.

10. CONCLUSÃO

O histórico da exploração de petróleo e gás natural em território boliviano apresenta uma estreita relação com o sistema político do país e suas diversas crises ao longo dos anos. Com o Decreto Supremo 28701, Evo Morales acabou criando um clima de desconfiança entre os países investidores, entre eles o Brasil. A Petrobras que correspondia a 18% do PIB boliviano e 22% da sua arrecadação tributária foi uma das empresas que mais se prejudicou com essa medida, pois não conseguiu continuar suas atividades no país.

Evo Morales assumiu o poder prometendo distribuir as riquezas naturais de seu país ao povo, num discurso altamente populista, o que fez vencer as eleições facilmente. Entretanto, no setor de petróleo, sem grandes investimentos em pesquisa, exploração e na capacitação técnica da mão de obra, se torna praticamente inviável a manutenção, aos níveis atuais, da produção de gás natural.

O Governo brasileiro, por sua vez, acatou as exigências bolivianas em detrimento aos interesses de seu próprio povo, e permitiu que se mudassem as bases do acordo assinado anteriormente, elevando para cerca de 80% a participação do governo boliviano nas receitas geradas pela exploração de petróleo e gás natural no país. O decreto que deveria ter sido discutido intensivamente entre as partes interessadas, e não simplesmente institucionalizada, fez com que o interesse internacional para investir na Bolívia sofresse

um revés considerável no segundo semestre de 2006, diante da insegurança do investimento, gerando reflexos até os dias de hoje, mesmo com o aumento da produção.

Os investimentos hoje são bem menores em relação aos de anos anteriores, mas, como diz o próprio vice presidente Álvaro Linera, o objetivo dos bolivianos não é um investimento maior, mas sim um investimento tal sem que se venda as empresas e os recursos naturais do seu povo.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBO, X. *Diversidad Étnica, Cultural y Lingüística. Bolivia en el Siglo XX*. La Paz: Harvard Club de Bolivia, 1999.
- ALDEBERT, S., D'APOTE, S. e CARVALHAL, C. *Shifting the Balance of Power: Bolivia Elects Morales*. CERA Insight. Southern Cone Energy. Janeiro de 2006.
- ANDOLINA, R.; RADCLIFFE, S. e LAURIE, N. *Gobernabilidad y Identidad: indigeneidades transnacionales em Bolivia. Pueblos Indígenas, Estado y Democracia*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- ANP. A Reforma da Indústria do Gás Natural na Bolívia. Agosto de 2004.
- ANP. Boletins Mensais de Gás Natural. Referência: Julho de 2008.
- ANP. Considerações da SCM / ANP acerca do Decreto Supremo nº 28701 editado pela Bolívia em 1º de maio de 2006. Maio de 2006.
- ANP. Estudo para Elaboração de um Modelo de Desenvolvimento da Indústria Brasileira de Gás Natural. Abril de 2005.
- ANP. Planos de Contingência para o Suprimento de Gás Natural. Experiências Internacionais. Setembro de 2006.
- ARZE, R. *Notas para una Historia de Bolivia en el Siglo XX.. Bolivia en el Siglo XX*. La Paz: Harvard Club de Bolívia, 1999.
- AZEVEDO, J. S. G. *Apresentação Contrato Petrobras-YPFB*. Petrobrás SA. Novembro 2006;
- AZEVEDO, J. S. G. *Apresentação Gasotudo Brasil-Bolívia e Integração Latino Americana*. Petrobrás SA. Novembro 2006;

- AZEVEDO, L. F. A., BRAGA, A. M. B., PIRES, L. F. G., CARVALHO, F. *Auditoria Técnica para Verificação da capacidade de Transporte do Gasoduto Bolívia-Brasil, GASBOL*. PUC-RJ. Junho de 2002.
- BARNEDA, D. *Más dudas que certezas*. Oil & Gas Journal Latinoamericana, Brasil, PennWell, p 9-13. Outubro 2006;
- CÂMARA, M. A. *Bolívia: De 1952 ao Século XXI – Processos Sociais e Transformações Políticas*. Prêmio América do Sul, 2º Lugar. Fundação Alexandre Gusmão. 2006.
- CASTAÑEDA, J. *Che Guevara: a vida em vermelho*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.
- CEPIK, M e CARRA, M. *Nacionalização boliviana e desafios da América do Sul. Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-Americano*, n. 4, abr. 2006.
- CERVO, A. e BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2002.
- COMINETTI, R e HOFMAN, A. *Joint Privatization of the Productive Sector and the Social Security System. The Bolivian Experiment: structural adjustment and poverty alleviation*. Amsterdam: Cedla, 1998.
- CUNHA, A. *Economia boliviana: estrutura interna e inserção internacional. Os países da comunidade andina*. Brasília: Funag/Ipri, 2004.
- DELGADO, A. C. e LEMGRUBER, S. *Os movimentos indígenas e suas implicações para o processo político na Bolívia e no Peru*. Observador On-Line – Observatório Político Sul-Americano, v. 1, n. 4, jun. 2006.
- DOMINGUES, J. M., GUIMARÃES, C. e MANEIRO, M. *Bolívia: História sem fim*. Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-Americano, n. 5, abr. 2005.
- GUILLERMOPRIETO, A. *A New Bolivia? The New York Review of Books*, v. 53, n. 13, 2006
- JORDAN, R. *Siglo XX: la era del Estaño. Bolivia en el Siglo XX*. La Paz: Harvard Club de Bolivia, 1999.
- LANGER, E. *Una Visión Histórica de Bolivia en el Siglo XX. Bolivia en el Siglo XX*. La Paz: Harvard Club de Bolivia, 1999.
- LOPEZ, C. A. *A Fragile Compromise: Bolivia's New E&P contracts*. CERA Insight. Southern Cone Energy. Dezembro de 2006

- LOPEZ, C. A. e ALDEBERT, S. *The Demise of Bolivia's Gas Deliverability*. CERA Decision Brief. Southern Cone Energy. Outubro de 2006.
- LOPEZ, C. A. e D'APOTE, S. *Bolivia and Southern Cone Gas: A shift in the center of gravity*. CERA Decision Brief. Southern Cone Energy. Outubro de 2008.
- LOPEZ, C. A., ALDEBERT, S. e D'APOTE, S. *The End of an Era? Nationalization of Bolivia's Oil and Gas Industry*. CERA Decision Brief. Southern Cone Energy. Junho de 2006.
- MAYORGA, R. A. *La Democracia o el Desafío de La Modernización Política*. **Bolivia en el Siglo XX**. La Paz: Harvard Club de Bolivia, 1999.
- MIRANDA, C. *Del Descubrimiento Petrolífero a la Explosión del Gas*. **Bolivia en el Siglo XX**. La Paz: Harvard Club de Bolivia, 1999.
- QUINTANA, J. R. *Bolivia, entre la crisis y el caos*. Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-Americano, n. 11, out. 2005.
- RANGEL, J. *Brasil mudará matriz energética*. Oil & Gas Journal Latinoamericana, Brasil, PennWell, p 26-27. dezembro 2006;
- RIVERA, S. *Oprimidos pero no vencidos – luchas Del campesinado aymara y quechwa de Bolivia, 1900 – 1980*. Genebra: Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social, 1986.
- ROCHA, M. S. *A Outra Volta do Bumerangue: Estado, Movimentos Sociais e Recursos Naturais na Bolívia*. Prêmio América do Sul, 1º Lugar. Fundação Alexandre Gusmão. 2006.
- SACHS, J. *O Fim da Pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.
- SEGABINAZZI, A. *Bolívia e as Diversas Sínteses de uma Revolução*. Prêmio América do Sul, 3º Lugar. Fundação Alexandre Gusmão. 2006.
- VIZENTINI, P. *As relações internacionais da Bolívia: os desafios da globalização e integração*. Os Países da comunidade andina. Brasília: Funag/Ipri, 2004.
- WASSERMAN, C. *Bolívia: história e identidade*. Os Países da comunidade andina. Brasília: Funag/Ipri, 2004.

WATKINGS, E. *La estabilidad política de Bolivia em el foco de las miradas desde Argentina*. Oil & Gas Journal Latinoamericana, Brasil, PennWell, p 39. Dezembro 2006;

WERTHEIM, P. H. *Nem é o mesmo, nem é igual*. Oil & Gas Journal Latinoamericana, Brasil, PennWell, p 12-15. novembro 2006;

YAKSIC, F. e TAPIA, L. *Bolivia: modernizaciones empobrecedoras, desde su fundación a la desrevolución*. La Paz: Muela del Diablo, 1997.

YASHAR, D. *Contesting Citizenship in Latin America: the rise of indigenous movements and the post neoliberal challenge*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Petrobrás SA. Notícias. Disponível em: www.noticiaspetrobras.com.br;

Cámara Bolivia de Hidrocarburos. Notícias e Estatísticas. Disponível em: www.cbh.org.bo;

Yacimientos Petroleros Fiscales Bolivianos. Anuário Estatístico 2006. www.ypfb.gov.bo;

Petrobrás Bolivia. Anuários Estatístico e Notícias. www.petrobras.com.bo;

Ministério de Minas e Energia. Anuário Estatístico e Informativo. <http://www.mme.gov.br>;